

ESTUDOS | em Materialismo
Histórico

As raízes do capitalismo: escravidão e o comércio do açúcar



Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.



As raízes do capitalismo: escravidão e o comércio do açúcar

Prabir Purkayastha

ESTUDOS em materialismo histórico n. 1

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

As raízes do capitalismo: escravidão e o comércio do açúcar é o primeiro texto da série Estudos sobre Materialismo Histórico, uma nova coleção do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Esta série examina o passado do mundo moderno a partir da perspectiva do materialismo histórico — um método que explica a história por meio das condições materiais e da luta de classes, mas que insiste que a dialética entre imperialismo e lutas anticoloniais é fundamental para a construção do mundo moderno.

Prefácio

Vijay Prashad

Há um certo conforto nas histórias que os impérios contam sobre si mesmos. São histórias de engenhosidade, descobertas, de avanço constante da razão e da ciência. Nessas histórias, o capitalismo aparece quase como uma inevitabilidade, o florescimento natural do progresso humano na Europa Ocidental, impulsionado pela inovação tecnológica e pelo chamado Iluminismo. O que essas narrativas omitem não é incidental, mas sim fundamental: a violência que construiu o mundo moderno.

As raízes do capitalismo: escravidão e o comércio do açúcar, de Prabir Purkayastha, é uma intervenção nessa amnésia cultivada. Insiste em que olhemos diretamente para o registro histórico e reconheçamos que o capitalismo não surgiu do desenvolvimento gradual dos mercados e das máquinas, mas da reorganização brutal do mundo por meio da conquista, da escravização e da exploração. Grande parte deste estudo foi escrita durante os 225 dias de encarceramento de Prabir Purkayastha na prisão central de Rohini, em Delhi, na Índia, em pedaços de papel que foram trocados e discutidos com aqueles de nós que o visitávamos. Isso nos obriga a refletir sobre o que queremos dizer quando falamos das origens do capitalismo e a nos perguntar: de quem é a história que está sendo contada? De quem é o sofrimento que está sendo obscurecido? O que isso custou?

O foco central deste estudo é o açúcar, não apenas como uma mercadoria, mas como uma relação social. O açúcar foi uma das primeiras *commodities* verdadeiramente globais, unindo continentes em circuitos de produção, troca e finanças. Seu cultivo exigia vastas extensões de terra — tomadas por meio de genocídio nas Américas — e imensas quantidades de mão de obra, fornecidas pelo comércio transatlântico de africanos escravizados. Nesse sentido, o açúcar não era simplesmente produzido; sua viabilidade se dava por meio de um sistema que tratava os próprios seres humanos como mercadorias.

O que Purkayastha demonstra com clareza é que a plantação não era uma instituição arcaica ou pré-capitalista. Pelo contrário, foi um dos primeiros locais de organização capitalista moderna. Aqui vemos a integração da agricultura e da indústria, a contabilização cuidadosa de custos e ganhos, o cálculo da produtividade do trabalho e a lógica implacável da substituição. As pessoas escravizadas eram reduzidas a unidades de capital, suas vidas eram medidas em função de seu preço de mercado. A plantação, como observou Sidney Mintz, era ao mesmo tempo campo e fábrica. Os imensos lucros gerados pela escravidão e pelo sistema de plantação não eram periféricos ao desenvolvimento

européu; eram centrais para ele. A produção de açúcar, o comércio de pessoas escravizadas e as indústrias associadas (transporte marítimo, seguros, refino e finanças) formavam um sistema interligado que impulsionava a acumulação de capital em escala global. A riqueza gerada no Caribe e nas Américas fluiu para as cidades europeias, financiando o crescimento das indústrias e das instituições financeiras. As refinarias de açúcar de Londres, Bristol e Liverpool estiveram entre os primeiros locais de trabalho industriais. Eles processavam o açúcar bruto produzido por trabalho escravo, transformando-o em mercadorias para consumo em massa e para reexportação em todo o mundo.

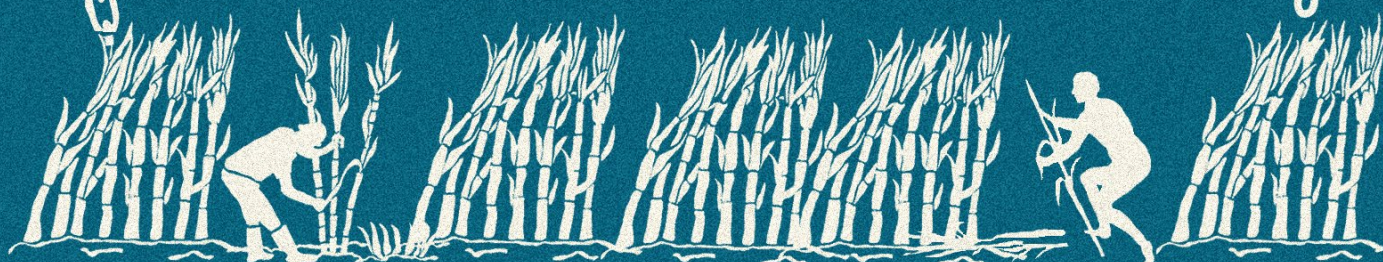


O poema satírico e antiescravagista de William Cowper, “Piedade pelos Pobres Africanos” — impresso e distribuído em 1788 pela Sociedade para a Abolição do Comércio de Escravos e usado como parte de sua campanha — começa com uma declaração inequívoca:

Confesso que estou chocado com a compra de escravos.
E temam aqueles que os comprem e vendem, pois são uns tratantes;
O que ouço sobre suas dificuldades, suas torturas e seus gemidos,
É quase suficiente para despertar pena até nas pedras.

Sinto muita pena deles, mas preciso ficar calado.
Como poderíamos viver sem açúcar e rum?
Especialmente o açúcar, tão necessário como vemos;
O quê, vamos desistir das nossas sobremesas, do nosso café e do nosso chá?

Além disso, se o fizermos, os franceses, holandeses e dinamarqueses,
Sem dúvida, nos agradecerão de coração por nossos esforços:
Se não comprarmos as pobres criaturas, elas o farão.
E as torturas e os gemidos se multiplicarão ainda mais.





A narrativa convencional: visão geral

A explicação convencional para a ascensão do Ocidente — a visão preguiçosa e eurocêntrica da civilização — é que alguns países da Europa Ocidental passaram a dominar o mundo devido a uma série de acontecimentos que ocorreram apenas nesses locais (Wolf, 1982). De acordo com essa visão eurocêntrica, os principais acontecimentos desse período são a Era dos Descobrimentos (final do século XV ao século XVII), o Iluminismo (final do século XVII ao século XVIII) e a Revolução Industrial (meados do século XVIII a meados do século XIX). Nessa perspectiva, o Iluminismo acelerou o desenvolvimento científico e tecnológico, ajudando a impulsionar a primeira onda de industrialização. O principal impulso para o progresso no Ocidente é, portanto, enquadrado como a mudança tecnológica, liderada pela ciência e pela racionalidade capitalista, que se libertou das amarras da produção pré-capitalista e criou um novo sistema econômico baseado no trabalho “livre”. O papel dos saques, do genocídio e da escravidão que precederam e acompanharam a Revolução Industrial é apagado dessa história (Angus, 2023; Berg & Hudson, 2021, p. 259-281). Quando mencionados, aparecem, no máximo, como um infeliz complemento ou subproduto dessa história, mas de forma alguma como algo central.

A história factual é bastante desfavorável a essa explicação mítica do desenvolvimento capitalista do Ocidente. A narrativa convencional também ignora três fatos significativos na história do capitalismo: primeiro, que a economia de plantação no Caribe e nas Américas continentais (tanto do Norte quanto do Sul) estabeleceu o açúcar como uma mercadoria de produção em larga escala e criou um mercado global; segundo, que os fundamentos do capital britânico antecederam a Revolução Industrial; e terceiro, que foi o algodão, produzido por africanos escravizados no sul dos EUA, que fez dos EUA uma potência emergente e financiou a revolução têxtil da Inglaterra (Baptist, 2014).

Não é nossa intenção aqui repetir o que já disseram estudiosos como Eric Williams, Walter Rodney, CLR James, Joseph Inikori e muitos outros que já escreveram sobre esse assunto (James, 1938; Williams, 1944; Rodney, 1970; Inikori, 2009). Neste estudo, focaremos em uma cultura (cana-de-açúcar) e seus produtos (açúcar, melão e rum) como *commodities* para o mercado global. O açúcar foi a primeira mercadoria global: criou o mercado capitalista e lançou as bases do sistema financeiro global. A isso foi

acrescentada uma segunda “mercadoria”: pessoas escravizadas capturadas na África e vendidas no Caribe e nas Américas. O desenvolvimento do capital britânico, holandês e francês, e posteriormente do capital estadunidense, é tanto a história dessa prática perversa de tratar seres humanos como mercadorias para o mercado quanto a história da mercadoria produzida por meio desse trabalho.

A ideia dominante na historiografia e nos estudos acadêmicos ocidentais sobre a economia mundial moderna é que seus alicerces foram lançados pela Era dos Descobrimentos: a “descoberta” europeia do chamado Novo Mundo por figuras como Fernão de Magalhães (1480-1521) e Cristóvão Colombo (1451-1506) e a descoberta da rota marítima para a Ásia por Vasco da Gama (c. 1460-1524) quando ele navegou ao redor da África. A Era dos Descobrimentos é frequentemente associada à Era do Iluminismo, apesar da brutalidade de figuras como Colombo e Vasco da Gama.² Então, segundo essa história, a Revolução Científica, que acompanhou o Iluminismo, levou à Revolução Industrial na Grã-Bretanha, seguida rapidamente por outras partes da Europa Ocidental. Foi a transmissão da Revolução Industrial para o “Novo Mundo”, principalmente para a América do Norte — com a expansão do trabalho livre e a apropriação de territórios pelos colonizadores por meio do genocídio — que levou os Estados Unidos a se tornarem a principal potência econômica do século XX.

Em outras palavras, a escravidão, o genocídio, a expropriação de terras indígenas e a pilhagem colonial não entram nessa visão idealizada do desenvolvimento do capitalismo, exceto como pequenas aberrações (Beckert, 2015, p. 83-97). Como, então, era “produzido” o fornecimento de pessoas escravizadas da África?

O ponto de partida do comércio transatlântico é convencionalmente visto como a época em que mercadores ocidentais — portugueses, britânicos, holandeses e franceses — compravam seres humanos escravizados em portos africanos. Assim como o genocídio dos povos indígenas das Américas e do Caribe é acobertado pela narrativa falsa de que suas terras estavam vazias, esperando que os europeus viessem reivindicá-las, diversos historiadores argumentam que, como a escravidão já existia na África, tudo o que os europeus fizeram foi explorar os mercados existentes de pessoas escravizadas (Rodney, 1972, p. 95; Meillassoux, 1991). Este relato ignora a *escala* do comércio de pessoas escravizadas que o Ocidente introduziu na África, o qual transformou qualitativamente a escravidão, que era em grande parte doméstica, em uma “produção” em escala industrial de pessoas escravizadas para plantações do outro lado do Atlântico. Claude Meillassoux descreve esse processo como a produção de pessoas escravizadas no “ventre de ferro e ouro” — isto é, por meio do nexos arma-escravo-dinheiro, no qual armas de fogo e pólvora eram trocadas por pessoas escravizadas, cuja venda gerava lucro. O “ferro” nesta formulação se refere ao uso de armas de fogo e pólvora como mercadorias trocadas por pessoas escravizadas e como instrumentos de captura, enquanto o “ouro” se refere ao dinheiro e ao lucro gerados por esse comércio. Isso é corroborado por registros comerciais que

² Em sua *Historia de las Indias* [História das Índias, 1561, publicado em 1875], Bartolomé de las Casas, um missionário que navegou com Colombo em sua terceira viagem, descreve Colombo como um assassino e estuprador. Em *The Career and Legend of Vasco da Gama* [A carreira e a lenda de Vasco da Gama] (Cambridge University Press, 1997), Sanjay Subrahmanyam descreve os atos de fúria e assassinatos em massa de Vasco da Gama.

demonstram exportações substanciais de pólvora da Europa para a África durante esse período (Whatley, 2018).

Uma das consequências desse comércio violento, assim como no caso do genocídio nas Américas, foi a catástrofe demográfica. Enquanto a população da Ásia e da Europa cresceu 300% ou mais entre os séculos XVII e XIX, em nítido contraste, a população africana permaneceu praticamente a mesma e, em muitas regiões, diminuiu.³ Isso foi consequência da violência perpetrada contra as estruturas sociais existentes e da destruição das economias locais por meio da captura forçada e venda de seres humanos. O impacto da escravidão na população africana é frequentemente negligenciado quando se considera apenas o número de pessoas escravizadas transportadas para as Américas e o Caribe, estimado em pelo menos dez milhões. No entanto, como escreve Walter Rodney, esse número se refere apenas às pessoas que desembarcaram nas Américas e no Caribe, não levando em consideração as atividades dos traficantes de escravos ilegais e o número de africanos que morreram atravessando o Atlântico e durante o processo de sua “aquisição”, ou sequestro, em suas terras natais. Em conjunto, essas perdas sugerem que o número total de africanos capturados para o comércio transatlântico — incluindo tanto aqueles que sobreviveram para chegar às Américas quanto aqueles que morreram durante a captura, as marchas, a detenção e a travessia do Atlântico — foi substancialmente maior, possivelmente na faixa de 14 a 20 milhões (Rodney, 1970, p. 96). Foi somente após a abolição da escravatura que a população e a economia do continente começaram a se recuperar, e um crescimento mais sustentado só ocorreu quando os países africanos conquistaram a independência.

Essa devastação na África foi inseparável do aumento da produção de açúcar nas plantações com mão de obra escravizada das Américas e do Caribe. Comercializado em escala global desde o século XVI, o açúcar sustentou o crescimento do colonialismo europeu e o desenvolvimento do mercado global de *commodities*. Na verdade, foi para expandir a produção de açúcar que se estabeleceu o novo e brutal sistema complexo de aquisição e comércio de africanos escravizados, distinto do sistema preexistente que consistia principalmente em escravidão doméstica (Rodney, 1970, p. 60; Inikori, 1982, p. 24-25). Juntos, o açúcar e os escravizados tornaram-se mercadorias indissociáveis, e os circuitos de produção, crédito e comércio construídos em torno deles ajudaram a lançar as bases do capitalismo moderno. Essa dinâmica é especialmente evidente no complexo de plantações do Caribe,⁴ que se revelou fundamental para o desenvolvimento capitalista da Grã-Bretanha e constitui uma dimensão daquilo que Sven Beckert e Seth Rockman chamam de “capitalismo da escravidão” (Williams, 1944; Mintz, 1985; Eltis & Richardson, 1997, 2015; Beckert, 2015).

Aproveitando o comércio extremamente lucrativo de pessoas escravizadas, os produtos derivados da cana (açúcar, melaço e rum) estiveram entre as primeiras mercadorias produzidas para os mercados globais. Antes que a produção de algodão se tornasse o exemplo máximo tanto da Revolução Industrial quanto dos horrores da escravidão no

³ Nossos cálculos são baseados em dados populacionais de Carr-Saunders, 1936; Durand, 1967; Manning, 2014.

⁴ Ver, por exemplo, Eric Williams, Sidney Mintz, David Richardson e David Eltis sobre o complexo de plantações caribenhas e seu papel no desenvolvimento capitalista da Grã-Bretanha.

sul dos EUA, o açúcar sustentava um sistema transatlântico de extração e troca de mão de obra, ligando a produção das plantações ao comércio de longa distância e à reexportação. Do século XVI até a abolição da escravidão no século XIX, o açúcar e seus derivados circularam por mercados interligados, gerando lucros nos setores de transporte marítimo, seguros, armazenagem e finanças, à medida que as mercadorias eram exportadas, refinadas e reexportadas.

A narrativa dominante do comércio triangular — a troca tripartite de pessoas escravizadas, matérias-primas e produtos manufaturados entre a Europa, a África e o “Novo Mundo” — muitas vezes ignora outras mercadorias essenciais para esse sistema, incluindo têxteis e salitre (nitrato de potássio, um ingrediente fundamental da pólvora).⁵ Por exemplo, durante grande parte dos séculos XVIII e XIX (1750-1850, segundo Kazuo Kobayashi), os têxteis produzidos na Índia eram enviados pelas Companhias Britânica e Francesa das Índias Orientais para a costa oeste da África, onde eram trocados por pessoas escravizadas (Kobayashi, 2019). Da mesma forma, os europeus usavam salitre exportado da Índia para fabricar pólvora, que depois trocavam por africanos escravizados. Em suas avaliações sobre a importância do comércio triangular, Ronald Findlay e Kazuo Kobayashi argumentam que, no terceiro quartel do século XVIII, uma porcentagem significativa das exportações britânicas para a África eram reexportações da Índia, e não produtos manufaturados europeus.⁶ Foram os lucros coloniais da Índia — os impostos sobre a terra extraídos dos camponeses indianos — que financiaram a “exportação” de têxteis e salitre da Índia (Patnaik; Sam, 2011).

Economistas políticos como Adam Smith, por exemplo, veem esse período como mercantilista e, portanto, ineficiente, ou como uma fonte de acumulação originária — um precursor da acumulação capitalista que se seguiu. No entanto, Marx deixa claro que essa “suposta acumulação originária” era expropriação, *não* acumulação (Angus, 2023). Foi roubo, pura e simplesmente, não poupança ou acumulação de uma reserva financeira.

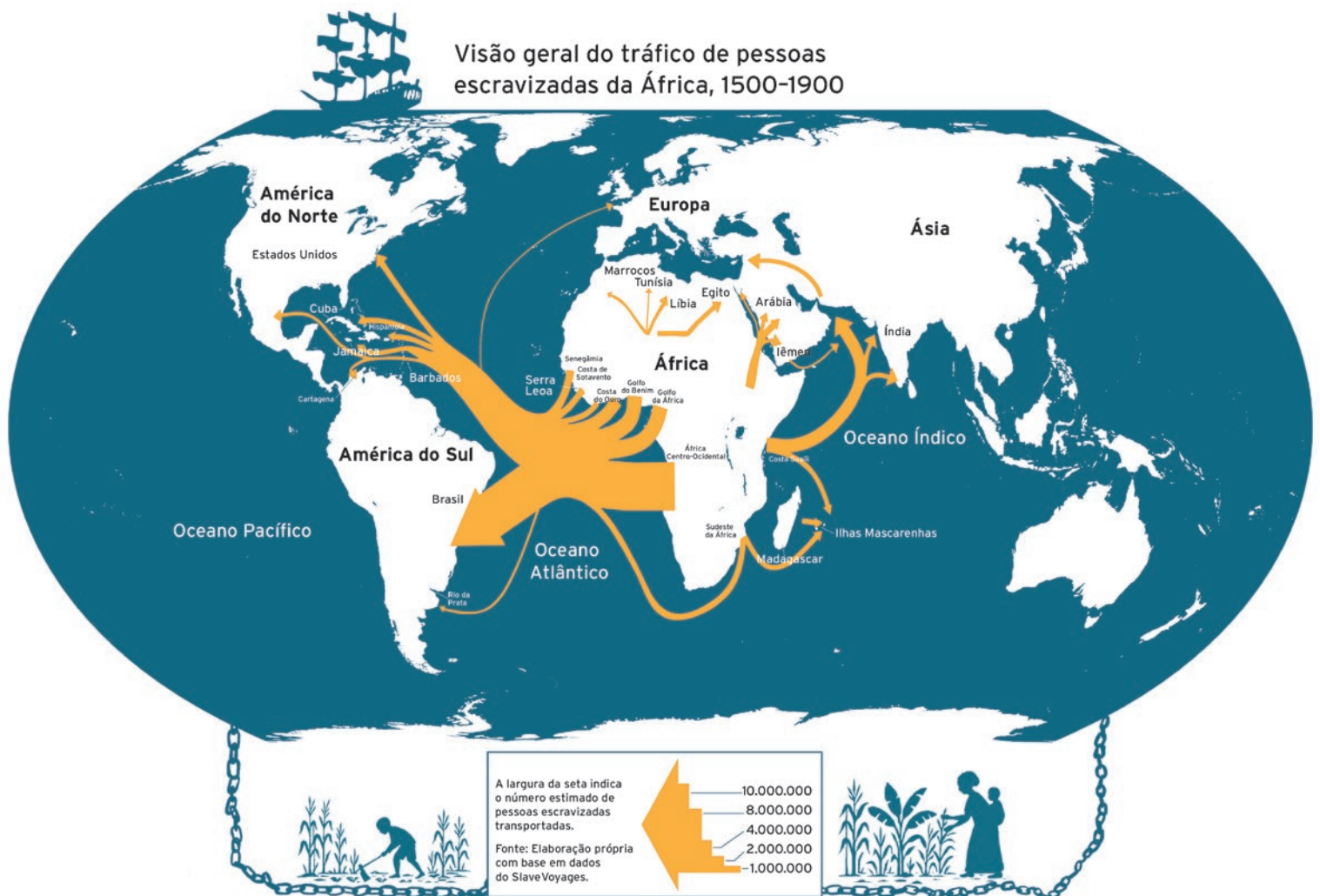
Na produção de açúcar, a escravidão e os processos de trabalho a ela associados constituíram uma importante fonte tanto de expropriação quanto de acumulação de capital. Essa forma de acumulação de capital, enraizada nas plantações, lançou as bases para a Revolução Industrial. É desonesto afirmar que o impacto do colonialismo nas colônias (em termos de desindustrialização e drenagem de riqueza, por exemplo) foi um fenômeno separado da economia de plantação baseada no trabalho escravo e da dinâmica mais ampla do “Novo Mundo”, ou que esses fatores não foram importantes para determinar o desenvolvimento do capitalismo na metrópole. Tal afirmação obscurece os fundamentos coloniais do capitalismo moderno (Inikori, 1992, p. 151-157; 2002).

Em seguida, vamos considerar como o sistema de plantação foi desenvolvido para produzir açúcar, principalmente por meio de trabalho escravo. Isso exige rastrear o

⁵ O salitre constituía 75% da composição da pólvora, e 75% do custo da pólvora correspondia ao salitre. A região de Bengala, na Índia, era a maior produtora e fornecedora de salitre da mais alta qualidade, representando mais de 90% do consumo europeu para a produção de pólvora para guerra e comércio. Ver: East India Company, Committee of Warehouses, 1793/1796; Whatley, 2018, p. 80-104.

⁶ Findlay cita dados de Eltis & Jennings mostrando que “os têxteis constituíam 56% das importações africanas na década de 1780”, enquanto “armas de fogo e pólvora [representavam] 8%, subindo para quase 15% na década de 1820” (Findlay, 1990; Eltis & Jennings, 1988, p. 939-959; Kobayashi, 2019).

desenvolvimento do cultivo e do comércio de açúcar na região do Mediterrâneo como um precursor do desenvolvimento da produção baseada em plantações no mundo atlântico. De que forma a produção, exportação e reexportação de açúcar moldaram o capital financeiro e o desenvolvimento industrial europeus? Dado que a produção de açúcar se baseava no trabalho escravo, para responder a essa pergunta devemos examinar a dinâmica da escravidão e da produção de açúcar na economia açucareira americana e caribenha, com maior ênfase no sistema de plantações caribenho sob o domínio holandês, francês e britânico. Esta discussão ilustra que tanto o açúcar quanto os africanos escravizados, produzidos e vendidos como mercadorias no mercado, foram cruciais para a expansão global e para as estruturas de produção nos primórdios do capitalismo.





Produção de açúcar no Mediterrâneo: da agricultura camponesa ao capitalismo de plantação

Antes das Cruzadas, a Europa Ocidental (com exceção de sua elite) não estava familiarizada com o açúcar.⁷ Em seguida, ocorreram duas transformações. Em primeiro lugar, o consumo de açúcar, importado do Mediterrâneo oriental, continuou aumentando, mesmo depois de as Cruzadas não conseguirem conquistar a “Terra Santa”. Em segundo lugar, o cultivo da cana espalhou-se para oeste, do Mediterrâneo oriental para o Mediterrâneo ocidental e a Península Ibérica: primeiro para ilhas mediterrâneas como a Sicília, Chipre, Rodes e Creta; depois para partes da Península Ibérica e do Norte de África; e mais tarde para ilhas atlânticas como a Madeira e as Ilhas Canárias. Essa geografia foi moldada em parte pelo clima: a cana-de-açúcar requer uma estação de crescimento longa e quente e um período de maturação e colheita fresco, mas livre de geadas. A geada pode matar a cana e danificar suas raízes, o que significava que seu cultivo ficava amplamente limitado às zonas mais quentes do Mediterrâneo, sul da Península Ibérica, norte da África e ilhas do Atlântico, em vez do norte e de grande parte do oeste da Europa.

Ao contrário da agricultura camponesa nas planícies costeiras do Mediterrâneo oriental e meridional, a agricultura na Europa Ocidental se baseava em uma combinação de trabalho camponês e trabalho forçado (trabalho não remunerado que os camponeses eram obrigados a realizar em terras pertencentes ao feudo, ou terras senhoriais). Nas ilhas mediterrâneas da Sicília, Chipre, Rodes e Creta, o assentamento ou a importação de camponeses da Itália ou da Grécia não era uma opção viável, porque a Peste Negra (1347-1351) havia reduzido drasticamente a oferta de mão de obra camponesa na Europa e no Mediterrâneo. Em vez disso, os governantes da Europa Ocidental dessas

⁷ Existe uma história bastante conhecida sobre o rei Henrique III da Inglaterra, que, em 1226, estava disposto a pagar o equivalente a cerca de 450 dólares hoje por três libras de açúcar. Ver Aronson & Budhos, p. 24.

ilhas importaram pessoas escravizadas do Norte da África para substituir a mão de obra “livre” que os serviços de corveia forneciam na Europa Ocidental.⁸ Isso teve um significado enorme: a produção de açúcar se transformou da produção predominantemente camponesa no mundo árabe para a economia de plantação “moderna” baseada na escravidão no Caribe.

Outra característica importante das plantações nas ilhas do Mediterrâneo foi o investimento de capital por grandes famílias de comerciantes de Veneza e Gênova: foi nessas ilhas que começou a união entre o capital mercantil e a escravidão moderna. Portugal estendeu esse modelo de produção de açúcar baseado na escravidão das ilhas atlânticas mais próximas da Península Ibérica — Madeira, Ilhas Canárias e Açores — a Cabo Verde, na costa oeste africana, e mais tarde a São Tomé, no Golfo da Guiné (perto do atual Gana). A etapa final na transformação da agricultura camponesa em plantações de cana baseadas na escravidão ocorreu em São Tomé. Os proprietários de plantações, geralmente da aristocracia, recebiam terras do rei português, capital de Veneza ou Gênova e escravizavam pessoas da África. Os portugueses levaram esse sistema para o Brasil; de lá, ele se espalhou para o Caribe e, posteriormente, para partes da América do Norte.

Será que essas ilhas do Mediterrâneo e do Atlântico introduziram alguma mudança tecnológica importante na produção de açúcar? Segundo Ulbe Bosma, a resposta é não. O erro cometido anteriormente pelos historiadores foi obscurecer a semelhança tecnológica das técnicas de moagem e processamento de açúcar no Mediterrâneo oriental e ocidental, na Península Ibérica, nas ilhas atlânticas e, finalmente, no “Novo Mundo” (Bosma, 2023, p. 349). Em sua extraordinária obra *The World of Sugar* [*O mundo do açúcar*], Bosma resume essa jornada:

Os produtores de açúcar viajaram do Egito e da Síria para Chipre e Sicília, de onde seus conhecimentos e habilidades se espalharam para Valência e chegaram à Madeira. Os mestres açucareiros portugueses aprenderam a sua arte com os muçulmanos da Andaluzia, que a governaram durante 800 anos, e levaram-na para a Madeira e as Ilhas Canárias.⁹

⁸ Galloway comenta que o trabalho forçado era muito mais importante em Creta e Chipre do que nos países muçulmanos, onde as terras senhoriais — isto é, as terras detidas e trabalhadas diretamente para o governante ou proprietário — eram muito mais extensas. Ver Galloway, 1977, p. 177-194.

⁹ Embora o trabalho servil e a corveia fossem utilizados nos canaviais em todos esses lugares, o trabalho escravo não era comum. Bosma (2023, p. 28-290) escreve: “Somente em São Tomé, a ilha desabitada ao largo da costa da África Ocidental, o trabalho escravo africano foi utilizado nas plantações de açúcar do século XVI de uma forma comparável à das Américas”. Por outro lado, o autor menciona uma rebelião do século IX, durante o califado abássida, protagonizada por milhares de africanos orientais escravizados que trabalhavam nos canaviais do delta do Eufrates. O caso dos abássidas do século IX pode ser entendido como uma exceção que confirma a regra. Isso sugere que a escravidão nas plantações era mais difícil de estabilizar onde os escravizados tinham algum conhecimento da geografia circundante, de possíveis rotas de fuga ou da proximidade com as comunidades de onde haviam sido retirados. Em contrapartida, o sistema de plantação atlântico intensificou o poder coercitivo da escravidão ao transportar africanos escravizados através do oceano para as ilhas atlânticas, o Caribe e as Américas, onde o terreno desconhecido e a separação forçada de casa tornavam a fuga e as revoltas muito mais difíceis.

O modelo de plantação que seria transplantado praticamente sem alterações para as Américas, especialmente para o Brasil e o Caribe, teve início em São Tomé. A cana cultivada nas Américas e no Caribe era originária das ilhas atlânticas, onde, por sua vez, havia sido introduzida a partir do Levante e do Egito. Quanto ao cultivo da cana, houve poucas mudanças significativas. O modelo continuou dependendo da técnica consagrada de deixar parte do caule da cana no solo após a colheita para que produzisse uma nova safra (um processo conhecido como reprodução vegetativa, ou “soca”, que ainda é usado hoje em dia). Mesmo com o plantio de novas culturas, os brotos dos talos antigos continuavam crescendo.

As ilhas do Mediterrâneo remodelaram a relação existente entre os pequenos produtores de cana e aqueles envolvidos nos processos secundários e terciários de moagem da cana, produção de açúcar a partir do caldo e comercialização do açúcar. No novo modelo de plantação a produção de cana foi integrada aos processos de moagem, fervura e refino em um único local. Isso criou o novo “fluxo de trabalho” de utilização de mão de obra escravizada em todo o processo, desde o cultivo da cana até o produto final, seja açúcar mascavo, seja o açúcar branco cristalino, que era refinado na Europa.

Assim funcionava o processo nas plantações de cana-de-açúcar: durante a época da moagem, a cana madura tinha que ser cortada e triturada, e o caldo tinha que ser concentrado antes de cristalizar em açúcar (ver diagrama 1). Após a extração do suco pela trituração da cana, este era fervido em uma série de grandes tonéis ou caldeirões que exigiam uma grande quantidade de combustível para concentrar o suco em uma calda espessa, a qual era então resfriada em cones de barro invertidos. Isso possibilitaria sua separação em açúcar mascavo e melaço. Os processos de cristalização, ou refinamento adicional, também foram adotados para produzir cristais de açúcar em vez dos cones.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR



Cultivo

Preparação do solo

Irrigação

Plantio

Corte e colheita da cana-de-açúcar

Cana-de-açúcar

Moagem

Moagem/Trituração

Suco

Clarificação

Suco clarificado

Fervura/
Concentração

Suco concentrado

Cristalização/Separação

Cristalização/
Separação

Açúcar mascavo

Refinamento
na Europa

Açúcar
refinado

Melaço

Fermentação e
destilação

Rum





O açúcar atravessa o Atlântico: o complexo das plantações e o comércio de pessoas escravizadas

Quando a produção de açúcar se expandiu do Mediterrâneo para as ilhas do Atlântico, Brasil e Caribe entre os séculos XV e XVII, as principais técnicas de processamento permaneceram relativamente inalteradas, mas a crescente escala das operações de plantações e a expansão dos circuitos de exportação e reexportação transformaram gradualmente os padrões de produção e comércio. Esse sistema de produção e comércio de mercadorias enraizado na escravidão, no cultivo da cana e nos ciclos globais de exportação e reexportação ajudou a lançar as bases da economia capitalista moderna. Como veremos, a principal “inovação” foi como extrair o máximo de produção com o mínimo custo de pessoas escravizadas antes que elas pudessem ser “substituídas” — ou seja, gerar excedente suficiente do trabalho escravizado para cobrir tanto os lucros quanto os custos de substituição.

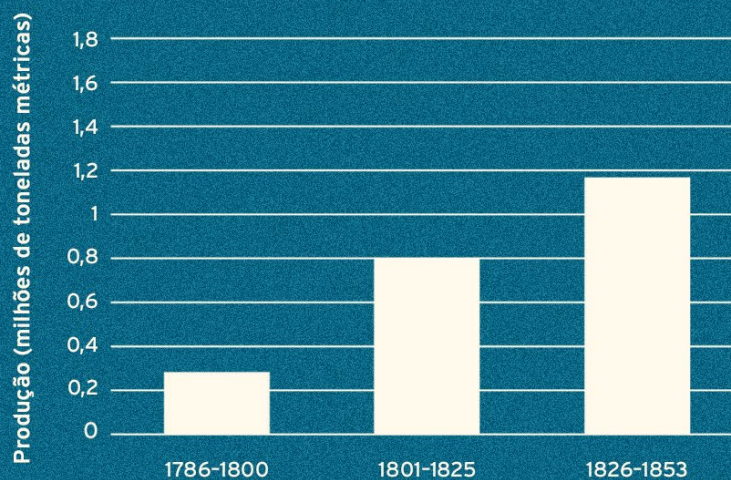
Foi a promessa de lucros imensos que levou os portugueses a transferirem a monocultura da cana da região do Mediterrâneo para as ilhas atlânticas ao largo da Península Ibérica e da África Ocidental no século XV. A entrada portuguesa na produção de açúcar com uso de mão-de-obra escrava ocorreu nas ilhas da Madeira, Açores, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe (Greenfield, 1979). No final do século XVI e início do XVII, o sistema colonial de plantações baseado na escravidão surgiu no Brasil sob a égide dos portugueses. De 1624 a 1654, os holandeses assumiram o controle das plantações portuguesas no norte do Brasil e aprenderam as técnicas de produção de cana, mantendo o domínio sobre o território. Durante esse período, e após sua expulsão pelos portugueses, o capital e a experiência holandeses ajudaram a disseminar a produção de açúcar em suas colônias caribenhas. No século XVII, os britânicos e franceses aprenderam com as práticas holandesas e introduziram o açúcar em suas colônias.

A produção de açúcar no Caribe envolveu uma concentração de capital e uma intensificação do trabalho escravo sem paralelo com qualquer outra monocultura em uma única região. As plantações de algodão no sul dos EUA posteriormente utilizaram um modelo semelhante de trabalho escravizado, mas isso surgiu pelo menos 150 anos depois.

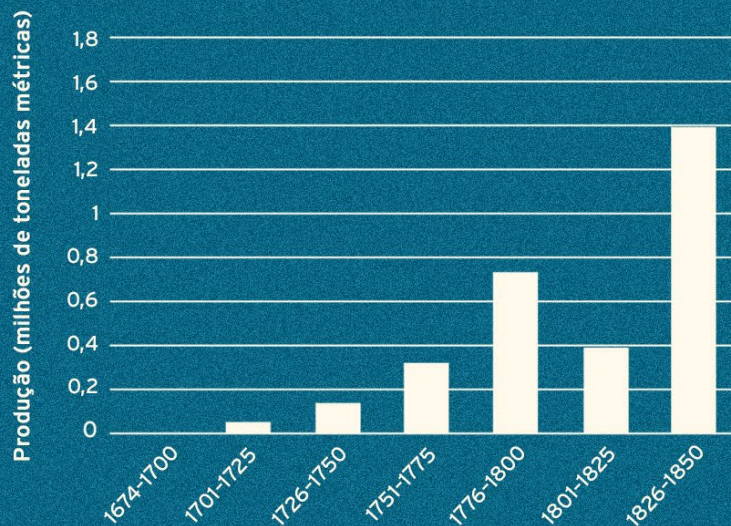
Sidney Mintz, que escreveu extensivamente sobre o açúcar como mercadoria e a economia das plantações, argumenta que a produção de açúcar era profundamente industrial e “moderna” em termos de processo de trabalho, produtividade do capital e sistemas de gestão empregados (Mintz, 1985). A produção de açúcar era essencialmente industrial e capitalista em sua natureza, com a diferença de que tratava os seres humanos como capital fixo — ou seja, como máquinas — e, portanto, como substituíveis.

Produção de açúcar no Caribe, séculos XVII a XIX

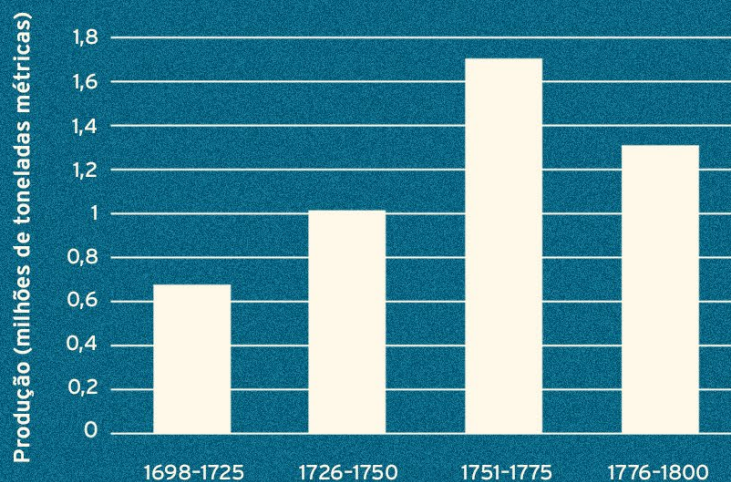
Produção de açúcar no Caribe espanhol



Produção de açúcar no Caribe francês



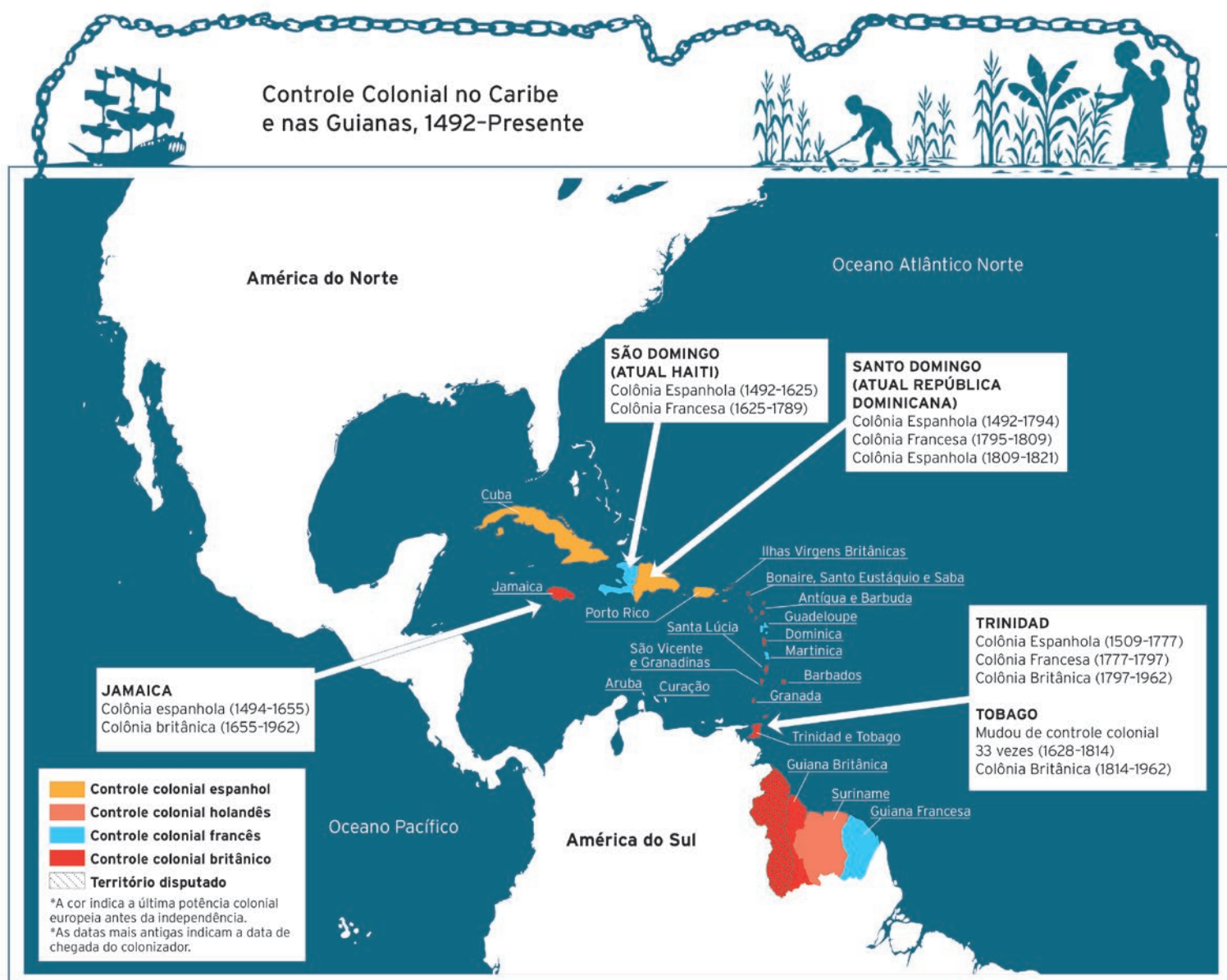
Produção de açúcar no Caribe britânico



Produção de açúcar (milhões de toneladas métricas)

Dados compilados a partir de Noël Deerr, *The History of Sugar*, Vol. 2. (Londres: Chapman and Hall, 1949-1950).

Controle Colonial no Caribe e nas Guianas, 1492-Presente





Ilhas do Caribe: plantações, açúcar e pessoas escravizadas

Para acompanhar a expansão das plantações de açúcar e a organização do comércio de pessoas escravizadas entre os impérios rivais, vamos esboçar a dinâmica do controle colonial em territórios-chave do Caribe. As cinco principais potências coloniais no Caribe foram Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Os primeiros colonizadores foram os espanhóis, que conquistaram a Jamaica, Trinidad, Porto Rico e Hispaniola entre 1490 e 1600. A Inglaterra reivindicou Barbados em 1625 e iniciou a colonização em 1627; em 1655, tomou a Jamaica da Espanha. A França estabeleceu colônias em Guadalupe (1635) e Martinica (1635) e, pelo Tratado de Rijswijk (1697), obteve o terço ocidental da ilha de Hispaniola, que renomeou para Saint-Domingue (atual Haiti). Na costa da Guiana, nas proximidades, os holandeses estabeleceram colônias, incluindo a de Essequibo, a partir de 1616; o Suriname, que adquiriram posteriormente, ficou conhecido como Guiana Holandesa. Na segunda metade do século XVIII, a Grã-Bretanha e a França emergiram como a principal presença colonial no Caribe.

No entanto, o açúcar não chegou às Américas pela primeira pelo Caribe, mas pelo Brasil, onde os portugueses importaram o modelo de produção de açúcar baseado na escravidão, típico de São Tomé, para as regiões de Pernambuco e Bahia (Coben, 2015). Essas regiões possuíam um clima adequado para a produção de açúcar e terras que não eram densamente florestadas e podiam ser desmatadas para o desenvolvimento de plantações de cana-de-açúcar. Os portugueses precisavam de presença física no terreno para fortalecer sua reivindicação sobre uma terra que, de outra forma, não passava de uma linha traçada num mapa no infame Tratado de Tordesilhas (1494), e assim concederam terras a colonos que, por sua vez, cultivariam a terra utilizando mão de obra escravizada. Diferentemente das plantações no Caribe, os lotes de terra nessas regiões do Brasil eram menores. Tanto no Brasil quanto no Caribe, a produção de açúcar dependia em grande parte de africanos escravizados, juntamente com o trabalho de alguns povos indígenas.

A vantagem das terras “gratuitas” concedidas pela Coroa Portuguesa aos colonos e donos das plantações no Brasil, após a violência genocida empregada contra os povos indígenas, era que as plantações podiam ser expandidas sem qualquer limite físico significativo. A desvantagem desse sistema era que ele não oferecia incentivo para melhorar o cultivo; era mais barato expandir as terras das plantações do que se esforçar para melhorar a

produtividade ou a eficiência da produção de açúcar — sujeito, é claro, à disponibilidade de africanos escravizados. Nas plantações insulares, em contrapartida, o terreno impunha um limite físico. Por exemplo, em Barbados, uma ilha relativamente pequena com pouquíssimas florestas, os produtores tiveram que adotar diversas práticas para se adaptar a essas limitações, como usar *o bagaço* — os talos secos da cana após a moagem — como combustível para ferver o caldo para produzir açúcar, juntamente com várias práticas de preservação da fertilidade do solo.¹⁰

No Brasil, porém, havia terra disponível em abundância. Isso possibilitou métodos que esgotam a produtividade do solo, uma vez que o cultivo poderia ser transferido para novos campos, e o desmatamento impulsionado pela expansão. Embora os holandeses, franceses e britânicos tenham aprimorado certas práticas — por exemplo, introduzindo usinas mais eficientes, estratégias de uso de combustível mais sustentáveis e otimizando a logística das plantações — eles também tinham uma grande vantagem sobre os portugueses: o acesso a poderosas redes de financiamento comercial, seguros e refino na Europa, que podiam financiar a produção, assegurar os embarques, refinar o açúcar e comercializá-lo em grande escala. Enquanto os comerciantes urbanos italianos anteriormente forneciam capital e comercialização para o açúcar mediterrâneo, os portugueses não possuíam uma comunidade financeira semelhante, tendo expulsado os judeus sefarditas e os árabes que outrora desempenharam esse papel, inclusive por meio da expulsão da Península Ibérica sob o reinado de Manuel I, em 1496. Mesmo durante a guerra que os Países Baixos (atual Holanda e Bélgica) travaram contra a Espanha dos Habsburgos (cujo rei havia sido declarado pelo Papa como chefe do Sacro Império Romano-Germânico), Antuérpia e Amsterdã continuaram sendo as cidades que refinavam o açúcar para o mercado europeu.

Os holandeses ocuparam o coração da economia açucareira do Brasil em Pernambuco entre 1630 e 1654; depois disso os portugueses retomaram o controle. Nesse período, os comerciantes holandeses desenvolveram laços comerciais com os portugueses donos das plantações e encaminharam o açúcar brasileiro para refinarias em Antuérpia e Amsterdã. Isso continuou depois que os portugueses retomaram a posse de Pernambuco e da Bahia. No entanto, os holandeses não se limitaram a tomar posse apenas das plantações de açúcar: também assumiram o controle do comércio de pessoas escravizadas dos portugueses e, em 1637, capturaram o Castelo de Elmina (na atual Gana), um importante centro de compra, confinamento e embarque de africanos escravizados.

Os holandeses, que lutavam contra o rei espanhol e se consideravam “mais esclarecidos”, não tinham muitos escrúpulos em entrar no comércio de pessoas escravizadas, aparecendo nas crônicas do açúcar tanto como aqueles que levaram plantações de cana-de-açúcar para o Caribe quanto como os principais transportadores de africanos escravizados da costa africana para as Américas. O modelo de plantação de cana que os holandeses levaram para a Guiana e as ilhas do Caribe foi posteriormente adotado pelos donos de plantações britânicos, em Barbados, e pelos franceses em São Domingos e Martinica. Os holandeses atuaram não apenas em defesa dos interesses de seu Estado

¹⁰ A prática de utilizar bagaço de cana era comum no Egito durante o período mameluco (1250-1517), quando as florestas haviam diminuído significativamente e eram protegidas pelo Estado.

como República Holandesa, mas também como especialistas que podiam ser contratados por donos de plantações de outras potências coloniais.

Os holandeses, franceses e britânicos associaram o capital à prática da escravidão nas plantações de açúcar e à moderna divisão do trabalho. Eles cultivavam a cana, faziam o processamento até o estágio de açúcar mascavo nas colônias usando mão de obra escravizada e o transportavam para o processamento final na forma de açúcar branco e mais refinado nas cidades europeias. Capitalistas britânicos, franceses e holandeses lucraram vendendo açúcar à classe trabalhadora e à classe média em seus países de origem, transformando-o em um produto de consumo em massa. Eles também o reexportaram para o mercado global, estabelecendo-o como uma *commodity* global.

O modelo de produção de açúcar em plantações, que surgiu no Mediterrâneo no final do século XV, foi adaptado à organização capitalista da produção e ao comércio colonial no “Novo Mundo”, particularmente nas ilhas do Caribe. A produção capitalista de açúcar consolidou-se nas plantações tanto por meio do cultivo da cana quanto da organização de seu processamento para a produção de açúcar. A produção da cana e sua conversão em açúcar eram subjacentes ao trabalho escravo — uma união profana entre o capital e a escravidão transatlântica. Isso era diferente da produção de açúcar em grande parte da Ásia e da África, onde os camponeses cultivavam a cana e os pequenos proprietários de engenhos a moíam e transformavam o caldo em açúcar.



Produção de açúcar nas plantações

A produção de cana nas plantações coloniais era brutal e exigia muita mão de obra, dependendo de uma combinação de habilidades comerciais e de trabalho no campo, e organizada por meio do que era conhecido como o “sistema de gangues”. Neste, as pessoas escravizadas eram levadas para trabalhos forçados supervisionados durante longos dias ininterruptos. Em contrapartida, o “sistema de tarefas”, mais comum em regiões produtoras de arroz e índigo, como a costa da Carolina do Sul e da Geórgia, atribuía uma quota diária de trabalho, após a qual poderia sobrar algum tempo — dentro de restrições coercitivas rigorosas — para outras atividades (Cartwright, 2021; Pargas & Felicia, 2017). Os proprietários de plantações adotaram vários métodos para aumentar a rentabilidade da economia açucareira baseada em trabalho escravo, desde a preparação dos campos para o cultivo até a irrigação e o plantio, o corte e a colheita da cana, o transporte até os locais de moagem, o processamento e a produção e o refino do açúcar.

O cultivo da cana, tanto no Caribe quanto na Louisiana, era preferencialmente realizado em grupo devido à natureza das plantações. Sidney Mintz explica como nestas a produção era única: “Essas eram, obviamente, atividades agrícolas, mas como grande parte do processamento industrial da cana também era realizado ali, faz todo o sentido considerar as plantações como uma síntese entre o campo e a fábrica” (Mintz, 1985). A produção agrícola e o processamento inicial da colheita em “produto industrial” eram realizados na própria plantação. Como resultado, as mesmas pessoas escravizadas eram designadas para diferentes tarefas ao longo do ciclo de produção como o plantio e cuidado da cana, a colheita, a moagem para extração do caldo e a fervura desse caldo para a produção de açúcar mascavo e melaço. Isso difere do sistema das plantações de algodão, onde a colheita era processada apenas parcialmente no local e depois enviada para fábricas têxteis — sobretudo na Grã-Bretanha e, depois, na Nova Inglaterra — para posterior fabricação.

Embora enraizado na escravidão, o sistema de gangues extraía excedentes por meio de formas de cálculo que se assemelham à gestão capitalista moderna. As pessoas escravizadas eram consideradas ativos de capital, e sua manutenção era calculada para minimizar os custos de subsistência, levando em conta também a reposição. Livros contábeis detalhados das plantações eram mantidos e compilados em relatórios — muito parecidos com as planilhas de hoje — pelos quais os proprietários, muitas vezes na distante Grã-Bretanha, podiam analisar o retorno financeiro do investimento. Os estudos de tempo e

movimento, tão apreciados pelos modelos tayloristas de gestão fabril, foram precedidos por estudos semelhantes nas plantações com mão de obra escravizada no Caribe e, posteriormente, no Sul dos Estados Unidos antes da Guerra Civil (Rosenthal, 2019). O valor de reposição do africano escravizado era determinado pelo mercado, o que significa que se o seu preço subisse no mercado, a necessidade de mantê-lo vivo aumentaria; se o preço caísse, a intensidade da sua exploração — e o risco de morte — aumentaria. Os cálculos de vida útil feitos pelo administrador da plantação, portanto, levavam em conta o preço de reposição de uma nova pessoa escravizada e eram tão orientados pelo mercado quanto o capital moderno hoje em dia.

Na prática, o sistema de gangues dividia os escravizados de acordo com a idade e a capacidade física. A primeiro “gange” era composta por jovens, homens e mulheres, no final da adolescência, que realizavam o trabalho fisicamente mais árduo durante dez a doze anos, após o que eram transferidos para o segundo grupo. Após talvez vinte anos no segundo grupo, uma pessoa que então tivesse cerca de quarenta anos — se sobrevivesse — estaria exausta e se juntaria a outros idosos e crianças pequenas no terceiro grupo (também conhecido como “grupo da erva”), que capinava as plantações e recolhia erva para alimentar os animais (Cartwright, 2021).

No início do verão, o primeiro e o segundo grupos preparavam os campos para o plantio, limpando, queimando e revolvendo a terra com enxadas. Os grupos também tinham que construir e manter redes de irrigação. Assim, no final do verão e início do outono, o primeiro grupo plantava a cana, muitas vezes usando o extenuante processo de “abertura de buracos para a cana”, cavando manualmente as cavidades de plantio por todo o campo. Esperava-se que um escravizado do primeiro grupo cavasse entre sessenta e cem buracos por dia, com duas plantas de cana plantadas em cada um. Os escravizados do primeiro e do segundo grupo carregavam enormes e pesadas cestas de esterco animal na cabeça até os buracos e as depositavam ao redor de cada planta. Um acre de cana exigia até 1,25 toneladas de esterco.

Após a colheita — cinco ou seis meses depois do plantio, no caso das plantações mais férteis — a cana precisava ser processada rapidamente para evitar a diminuição do teor de açúcar. Consequentemente, durante a época da colheita, quando a cana era moída e fervida, os escravizados nos engenhos de açúcar e nas casas de fervura trabalhavam em turnos de dezoito a vinte horas, seis dias por semana. No Brasil, “a igreja exigiu que os engenhos¹¹ parassem aos domingos e dias santos”. No entanto, essa exigência não era universalmente respeitada durante esse período, e as pessoas escravizadas eram frequentemente forçadas a continuar trabalhando aos domingos e dias santos. Elas ficavam tão exaustas que a expressão “sonolento como um engenho” se tornou um dito comum, e perder membros para as máquinas tornou-se rotina (Schwartz, 2011, p. 177). Outras atividades importantes incluíam o transporte da cana para os trituradores, o transporte de madeira pesada para os fornos onde o caldo era fervido e o envio do açúcar e outros produtos, incluindo rum, para os portos.

No Caribe, os domingos não eram dias de descanso para os escravizados. Eles passavam esse tempo trabalhando em seus próprios terrenos, conhecidos como “hortas de provisão”. Sem os alimentos que cultivavam nessas pequenas parcelas, teriam sucumbido

¹¹ O termo *engenho* se refere tanto à fábrica quanto às pessoas escravizadas que lá trabalhavam.

à dieta extremamente deficiente fornecida pela plantação. William Taylor, um crítico da escravidão, testemunhou que se uma pessoa escravizada usasse “todo domingo para repouso, não poderia sustentar a si mesma ou à sua família trabalhando os vinte e seis dias [por mês] que lhe eram permitidos por lei” (Schwartz, 1985).

A cada ano, um proprietário de terras comprava pessoas escravizadas recém-importadas da África para substituir aquelas que haviam morrido. Um proprietário de plantação de Barbados chamado Edward Littleton estimou que um produtor de açúcar que possuísse cem pessoas escravizadas e as colocasse para trabalhar no cultivo e processamento da cana mataria todas elas em dezenove anos. Bosma, citando o reverendo anglicano Robert Robertson, estimou que dois quintos dos escravizados recém-chegados morreriam dentro de um ano após sua chegada (Cartwright, 2021, p. 38).

Há evidências suficientes para demonstrar que a taxa de mortalidade entre os escravizados em plantações de açúcar era maior do que em outras plantações com mão de obra escravizada, fossem elas de algodão, café ou tabaco (Bosma, 2023, p. 63). A escravidão desestimulou a substituição da mão de obra por máquinas tanto nas plantações de algodão quanto nas de açúcar, onde as condições de vida eram brutais. Contudo, a população escravizada no cultivo de algodão aumentou apesar disso (enquanto nas de cana da Louisiana diminuiu). Isso se deve em parte aos múltiplos processos de produção integrados ao cultivo da cana, onde a moagem, a concentração do caldo e a cristalização do açúcar envolviam trabalho escravo. Outro motivo era a má alimentação dos escravizados, já que os proprietários calculavam o custo da alimentação em relação ao custo de reposição — o custo de comprar novos escravizados. Com a proibição do comércio de pessoas escravizadas no início do século XIX, as plantações de algodão consideravam as crianças nascidas na escravidão como um “produto” econômico — ou seja, como uma forma de reproduzir internamente sua força de trabalho e propriedade. As plantações de cana da Louisiana buscavam o mesmo resultado, mas, como a mortalidade era muito alta, os nascimentos não substituíam as mortes (Aronson, & Budhos, 2017).

Era necessário equipamento não só para moer a cana, mas também para processá-la, e tudo isso precisava ser construído, operado e mantido regularmente. As primeiras plantações utilizavam prensas manuais para extrair o caldo da cana, mas estas foram por fim substituídas por prensas de três cilindros mais eficientes, movidas a animais e, posteriormente, ao vento ou, mais comumente, à água. Como resultado, as plantações eram normalmente estabelecidas perto de rios ou córregos para aproveitar a energia da água.¹² O vento ou a água impulsionavam grandes rolos pelos quais os escravizados alimentavam os trituradores com a cana. Este era um trabalho perigoso, pois esses escravizados frequentemente ficavam exaustos e, às vezes, não soltavam a cana a tempo, ficando com os braços presos nos rolos. Quando isso acontecia, um machado era usado para decepar o

¹² Como Bosma escreveu em *The World of Sugar* (p. 53), “Por volta de 1670, cerca de 400 pares de pás giravam os rolos de moagem de Barbados, permitindo dispensar em grande parte a criação extensiva de gado, para a qual a ilha tinha pouco espaço. Os moinhos de vento sobreviveriam à Revolução Industrial, que viu os trituradores de cana movidos a vapor se espalharem pelo mundo. Até às vésperas da Primeira Guerra Mundial, 219 fazendas de cana em Barbados ainda eram operadas com energia eólica”.

braço esmagado. Em algumas plantações de cana, homens e mulheres com um só braço eram uma visão comum (Aronson & Budhos, 2017, p. 45).¹³

A proximidade de portos e rios era essencial, pois reduzia o custo do transporte de açúcar e outros produtos das plantações. Dependendo do tamanho da plantação, as fábricas precisavam de entre 60 e 200 trabalhadores, a maioria deles escravizados, para funcionar (Cartwright, 2021). A demanda máxima de mão de obra durante a época da colheita determinava o número de pessoas escravizadas necessárias em uma plantação.

Os escravizados também eram sobrecarregados com o trabalho exaustivo de coletar a madeira necessária para abastecer os fornos da refinaria. Na maioria das plantações caribenhas, a lenha era facilmente encontrada. A exceção foi Barbados, que tinha disponibilidade limitada de madeira. Aqui, *o bagaço* — o resíduo fibroso que sobra depois da cana ser moída — era usado como combustível, uma prática provavelmente importada do Egito.

Havia muita procura por profissionais com habilidades para operar e fazer a manutenção das máquinas nas usinas de açúcar. Alguns trabalhadores qualificados das usinas eram recrutados da força de trabalho escravizada, mas apenas seu supervisor-chefe, o “mestre do açúcar”, desfrutava de um salário generoso. Com o passar do tempo — à medida que as populações das colônias evoluíam — moradores locais de ascendência europeia mestiça, bem como pessoas libertas e, às vezes, até mesmo escravizadas, com as habilidades técnicas necessárias, foram contratados para trabalhar nessas posições na maioria das plantações caribenhas.

As mulheres escravizadas tinham que realizar trabalhos exaustivos nos campos, algumas com seus filhos recém-nascidos nas costas. Eles também sofriam de desnutrição extrema, o que resultava em altas taxas de aborto espontâneo e mortalidade infantil. A época da colheita era a pior, pois a cana em pé tinha que ser cortada e processada rapidamente, o que significava que os africanos escravizados eram submetidos a uma exploração ainda mais intensa. Cortar a cana, levá-la aos trituradores, moê-la para extrair o suco e fervê-la tinham que ser feitos simultaneamente: os escravizados mal tinham tempo para comer (Bosma, 2023, p. 57). As mulheres participavam ativamente da moagem da cana ao lado dos homens, onde perder a concentração significava arriscar desde os dedos até um braço — ou mesmo a própria vida — para o moinho.

Podemos identificar as seguintes características da tecnologia utilizada para manter as plantações de cana baseadas na escravidão:

- a introdução de máquinas — como moinhos de vento, moinhos de água e máquinas a vapor — muitas vezes intensificou a exploração de pessoas escravizadas;
- a tecnologia poderia tanto economizar mão de obra quanto levar a uma exploração mais intensa desta, uma vez que os avanços tecnológicos eram determinados pelas relações sociais;

¹³ Uma ilustração no *The Illustrated London News* (9 jun. 1849, v. 14, p. 388) mostra mulheres e homens alimentando um engenho de açúcar de rolos verticais com cana, com uma faca ou facão de cana em primeiro plano.

- os escravizados eram vistos como descartáveis, já que os proprietários de terras muitas vezes achavam mais barato substituir os que morriam do que mantê-los vivos. As plantações de açúcar frequentemente precisavam adquirir novos escravizados porque as exigências brutais da produção geravam uma alta taxa de mortalidade entre os trabalhadores. Diferentemente das plantações de algodão e tabaco, onde o processamento era menos integrado ao trabalho na plantação, as usinas de açúcar exigiam que a safra fosse processada no local quase imediatamente após a colheita (Aronson & Budhos, 2017).

Após a colheita, a cana era conduzida por rolos até um dispositivo de esmagamento para extrair seu caldo. Esse líquido era então fervido em grandes caldeirões e, por meio de um processo chamado cura, separado em melaço e açúcar cristalizado. A mistura resultante era vertida em grandes potes ou moldes de barro, onde endurecia, formando cones de açúcar.

Muitos consumidores na Europa passaram a preferir o açúcar branco ao açúcar mascavo que se forma naturalmente. Para obter um produto mais branco, uma mistura espessa de argila e água era colocada na parte mais larga de uma forma de açúcar em formato de cone, à medida que o melaço pingava. A água pingaria da argila, através do cone, e lavaria o melaço ou outros materiais do açúcar. Depois de completamente escorridos, os pães de açúcar eram retirados das formas, secos em prateleiras em uma sala grande, aparados em seu formato final e embrulhados em papel. O processamento final para branquear o açúcar ocorria em cidades britânicas ou holandesas. O açúcar branco era percebido como mais puro e desejável para os consumidores europeus, especialmente porque o discurso racial associava cada vez mais a brancura ao valor durante a consolidação da escravidão moderna nas plantações (Affeldt, 2014). Em uma usina de açúcar moderna, o açúcar é “branqueado” para perder sua coloração marrom natural.

Por que a etapa final de refino não era realizada nas plantações ou no Caribe britânico? A resposta reside em grande parte na política colonial britânica. A política tributária — especialmente depois que a Índia se tornou uma colônia britânica — ajudou a eliminar qualquer incentivo para refinar ainda mais o açúcar no Caribe. Como observa Bosma, as elevadas taxas alfandegárias sobre o açúcar refinado penalizaram a modernização tecnológica e tornaram a exportação de açúcar mascavo a opção mais lucrativa (Bosma, 2023, p. 111).

A indústria açucareira adaptou-se à demanda generalizada por diversos tipos de açúcar. O açúcar era vendido aos consumidores em todos os estágios de refinamento, incluindo açúcar mascavo, refinado e duplo refinado. Quanto mais açúcar fosse refinado, mais caro ele se tornava. No século XVII, o melaço, um subproduto do açúcar, também se tornou lucrativo; ele não era apenas um adoçante, mas também um ingrediente para o rum, uma bebida destilada que se tornava cada vez mais popular.

Houve inovações tanto no cultivo da cana quanto nos métodos utilizados para processá-la em açúcar, incluindo a aplicação de energia a vapor e o uso de cilindros melhores (como o moinho horizontal de dois rolos), que foram posteriormente adaptados com barras de ferro salientes para aumentar a capacidade de moagem, bem como tachos a

vácuo, centrífugas e evaporação de duplo a quántuplo efeito.¹⁴ Houve também avanços importantes nos sistemas de transporte que ligavam o cultivo ao processamento, incluindo o uso de trilhos móveis e fixos — muitas vezes movidos a máquinas a vapor — bem como correias transportadoras. Houve também diversas modificações na esfera agrícola, como o desenvolvimento de novas variedades de cana, a alteração das distâncias de plantio e dos arados, a melhoria da drenagem e da irrigação e a aplicação de estrume e fertilizantes (Oostindie & Boomgaard, 1989, p. 3-22).

Os tachos a vácuo — recipientes selados usados para ferver e concentrar o caldo ou xarope de cana em temperaturas mais baixas, reduzindo a pressão do ar — foram desenvolvidas inicialmente na Grã-Bretanha para refinar o açúcar de cana bruto importado e só mais tarde foram adotadas de forma mais ampla na produção colonial de açúcar de cana. Entretanto, a produção de açúcar de beterraba na Europa, especialmente na França, se expandiu depois que os bloqueios britânicos cortaram o acesso ao açúcar de cana bruto das Índias Ocidentais. Nas plantações das Índias Ocidentais, onde se trabalhava com mão de obra escravizada, os proprietários tinham poucos incentivos para introduzir equipamentos que exigiam grande investimento de capital: expandir as plantações com mais pessoas escravizadas era a opção mais “barata” e mais “eficiente” para o capital, sendo que, no capitalismo, a eficiência era entendida como a eficiência do dinheiro na produção de um resultado desejado, e não a eficiência do processo em si. No Caribe, como a terra era “gratuita” — consequência da violência genocida contra a população indígena — e a mão de obra escravizada era barata, não havia incentivo para melhorar a eficiência da produção de açúcar. A única exceção foi a melhoria da eficiência da moagem, já que a cana não poderia ser processada dentro do curto período de maturação. Assim, trituradores mais eficientes foram introduzidos no início do século XIX, na forma de moinhos movidos a vento em Barbados e a vapor na Guiana Britânica (atual Guiana) e na Jamaica. Isso ajuda a explicar as diferentes trajetórias dos tachos a vácuo e das centrífugas. Mesmo quando tachos a vácuo começaram a ser utilizados em Java, na Indonésia, durante esse período, elas não eram consideradas necessárias nas plantações com mão de obra escrava, tanto no Caribe britânico quanto na Louisiana. A política tributária colonial britânica reforçou essa situação: o açúcar refinado era taxado mais alto do que o açúcar bruto, tornando o refinamento adicional no Caribe menos lucrativo (Bosma, 2023, p. 101-107). Em contrapartida, as centrífugas reduziram o tempo necessário para separar o melaço do açúcar, que permanecia armazenado por meses em cones de argila, para apenas algumas horas. Introduzidas na década de 1830, elas rapidamente se tornaram prática comum, mesmo em plantações com mão de obra escravizada (Bosma, 2023, p. 111).

A tecnologia foi importante, mas não explica sozinha a rentabilidade do açúcar caribenho. Para entendê-la, precisamos desviar o olhar da maquinaria da plantação para o sistema colonial mais amplo: os mercados interligados de açúcar e pessoas escravizadas, a organização do refino e da reexportação na Europa e as políticas que vinculavam as colônias à “metrópole”.

¹⁴ O moinho horizontal de dois rolos surgiu no oeste da Índia nos séculos XIII e XIV. Sugeriu-se que os portugueses introduziram esta tecnologia — com uma capacidade de moagem duas vezes superior à do antigo moinho *trapeto* — no “Novo Mundo”, mas Bosma considera mais provável que tenha chegado ao Caribe por uma rota indireta, do oeste da Índia até a Madeira, passando pelas Ilhas Canárias até a Hispaniola. Ver Bosma, 2023, 45.



Escravidão e açúcar: produção de mercado, exportações, reexportações e lucros

Sidney Mintz argumentou que a produção de açúcar, embora baseada em trabalho escravo, era profundamente industrial e moderna, com os proprietários de plantações e de pessoas escravizadas utilizando métodos capitalistas modernos para organizar a produção, medir a produtividade e calcular os lucros (Mintz, 1985). Nos séculos XVI e XVII, o açúcar se tornou uma das mercadorias mais importantes e lucrativas do “Novo Mundo”.

Existiam três mercados diferentes para o açúcar caribenho. Inicialmente, era produzido apenas para o mercado internacional, centrado na “metrópole” colonial e europeia. Posteriormente, desenvolveram-se mercados locais e regionais dentro e ao redor do Caribe. Os mercados locais eram pequenos, autossuficientes e geralmente localizados no interior, enquanto os mercados regionais se concentravam em grandes cidades como Lima e Cidade do México, bem como em cidades por toda a Nova Inglaterra. O mercado internacional de açúcar caribenho era o mais competitivo, com o mercado de refino e reexportação concentrado em Lisboa, Antuérpia, Amsterdã e diversas cidades da Inglaterra e da França.

Inicialmente, com o Brasil sob domínio português como principal produtor de açúcar bruto nas Américas, Lisboa emergiu como o maior mercado para reexportação de açúcar bruto para centros de refino, e assim permaneceu por muito tempo. Partindo de Lisboa, os holandeses transportavam o açúcar primeiro para Antuérpia e Amsterdã para ser refinado e, em seguida, para o mercado global. A Antuérpia abrigava a maior refinaria de açúcar no século XVI, mas, no século XVII, perdeu a batalha do açúcar, primeiro para Amsterdã e depois para várias cidades da Inglaterra. No século XVIII, as refinarias de açúcar proliferaram na Grã-Bretanha, de Plymouth a Glasgow e de Londres a Liverpool. Essas refinarias utilizavam grandes painéis de cobre abertos e uma grande quantidade de carvão para produzir calor, sendo precursoras das fábricas da Revolução Industrial. Eles estavam entre os primeiros locais de trabalho semelhantes a fábricas na Grã-Bretanha e representavam uma ligação direta entre o açúcar produzido pela escravidão e a grande divergência entre a Ásia e a Europa.

Os fabricantes de açúcar da Grã-Bretanha existiam muito antes das fábricas têxteis associadas à Revolução Industrial. Não surpreendentemente, também eram importantes centros de comércio de pessoas escravizadas. Durante a Grande Peste de 1665, várias refinarias de açúcar se mudaram de Londres, então assolada pela doença, para outros portos ingleses. Navios das Índias Ocidentais que transportavam açúcar utilizavam docas em outros portos da Inglaterra para evitar o contágio. Isso ajudou a expandir o refinamento do açúcar por toda a Grã-Bretanha. Essa expansão ajudou a ampliar o acesso ao açúcar refinado para além do consumo da elite.

Embora aqueles que refinavam o açúcar fossem chamados de padeiros, o processo de fabricação do açúcar envolvia o que hoje seria considerado trabalho fabril. O termo “fábrica” originalmente se referia a um local de atividade comercial ligado ao trabalho de um agente mercantil, ou “fator”, como um posto comercial ou centro de coleta, incluindo locais onde pessoas escravizadas eram compradas e vendidas. Só mais tarde passou a significar um local de manufatura. O refino de açúcar já apresentava as características associadas à indústria — locais de trabalho concentrados, processamento com uso intensivo de calor, equipamentos especializados e mão de obra disciplinada. No entanto, por ser indissociável da escravidão, raramente aparece como ponto de partida para a Revolução Industrial na narrativa histórica da própria Europa.

A escala e a direção das exportações de açúcar caribenhas mostram o quão intimamente as plantações estavam ligadas à indústria de refino britânica. Os dados de David Eltis sobre Barbados, de 1665 a 1701, mostram que os produtos açucareiros representaram 91,2% do total das exportações da ilha em 1665-1666, 91,6% em 1688 e 1690-1691, e 95,6% em 1699-1701. Ele também estima que, entre 1682 e 1701, a Grã-Bretanha foi o destino de mais de 95% das exportações de açúcar da Jamaica (Eltis, 1995, 642; 644). Impulsionado em parte pela sua combinação com chá e café, o consumo de açúcar na Grã-Bretanha aumentou significativamente ao longo do século XVIII, enquanto a reexportação de açúcar refinado para as Américas, incluindo o Caribe, provou ser altamente lucrativa. As tarifas variáveis ofereciam o nível de proteção necessário para sustentar as operações de inúmeras refinarias de açúcar em cidades como Bristol, Glasgow e Londres. Isso significava que a política colonial funcionava de tal forma que a produção de açúcar refinado na Grã-Bretanha era protegida por tarifas mais altas contra as importações de açúcar refinado, enquanto nenhuma proteção semelhante era oferecida ao refino de açúcar nas colônias caribenhas. Após a conquista da Índia, por exemplo, a Grã-Bretanha adicionou uma tarifa extra de 25% para proteger suas refinarias e suas plantações de açúcar no Caribe da concorrência da Índia (Bosma, 2013, p. 58).

Isso fazia parte da política colonial britânica mais ampla, segundo a qual as colônias só podiam produzir matérias-primas para a “metrópole” e os produtos acabados só podiam ser produzidos no centro colonial. A famosa diretriz era que nem mesmo um prego deveria ser fabricado nas colônias (uma exceção — curiosamente, dado o exemplo — era o ferro, porque o transporte de minério de ferro para a Inglaterra era volumoso e, portanto, caro). Em outras palavras, a política britânica era garantir que a produção industrial não se desenvolvesse nas colônias, para que estas permanecessem dependentes

da metrópole. Em vez disso, as colônias deveriam fornecer matérias-primas ou produtos para facilitar as indústrias na Grã-Bretanha.¹⁵

Eltis e outros argumentam que as economias de plantação impulsionadas pela escravidão se expandiram a taxas comparáveis às da Grã-Bretanha e dos EUA em processo de industrialização, apesar de suas bases contrastantes (Eltis et al., 2005). Ao comparar os preços do açúcar e das pessoas escravizadas para calcular a produtividade média de uma pessoa escravizada, eles demonstram que a produção de açúcar utilizando mão de obra escravizada era altamente lucrativa. A análise foi realizada com base em registros de aproximadamente 230 mil africanos escravizados transportados para as Américas entre 1674 e 1807 — cerca de 6% do número total de indivíduos escravizados desembarcados nas Américas por meio de viagens transatlânticas durante esse período.¹⁶ Para avaliar as mudanças tanto na demanda por mão de obra escravizada quanto na produtividade total dos fatores na agricultura caribenha baseada na escravidão a partir de 1674, os pesquisadores combinaram estimativas de populações escravizadas e números de importação com dados sobre os preços de venda de pessoas escravizadas.¹⁷ Além disso, o aumento do preço do açúcar resultou em um aumento considerável na demanda por mão de obra escravizada, tornando o comércio de pessoas para este fim cada vez mais lucrativo.

Na Jamaica, por exemplo, o crescimento da população escravizada estava intimamente relacionado ao sucesso da produção de açúcar. Entre as décadas de 1720 e 1788, a população escravizada nas cinco principais localidades produtoras de açúcar aumentou mais de seis vezes.¹⁸ Essa expansão foi impulsionada pelo aumento da produção de açúcar e pelos altos lucros que os proprietários das plantações e comerciantes recebiam, especialmente em áreas recém-colonizadas, como a costa noroeste, e o número de africanos escravizados transportados para a Jamaica atingiu o pico no próspero início da década de 1790.

Debates posteriores em torno da tese de Eric Williams frequentemente restringiram seu argumento mais amplo a uma questão específica: se a riqueza extraída por meio do

¹⁵ As colônias americanas, por exemplo, eram obrigadas a vender certos produtos, “enumerados” por lei, apenas para comerciantes britânicos. Esses produtos incluíam açúcar, tabaco, algodão e anil. Havia alguns produtos que os colonos não tinham permissão para comercializar, nem mesmo entre si ou com regiões vizinhas. Para uma breve ilustração das restrições coloniais do outro lado do mundo, ver Mukherjee, 2010, p. 73-82.

¹⁶ As estimativas das populações escravizadas e das importações dessas pessoas são combinadas com os preços pelos quais eram vendidas, a fim de estimar as mudanças na demanda por mão de obra escravizada e a variação da produtividade total dos fatores na agricultura com essa mão de obra, para todo o Caribe, a partir de 1674. Ver Eltis et al., 2005, p. 676.

¹⁷ Ao analisar o aumento da produtividade nas plantações de algodão no sul dos Estados Unidos antes da Guerra Civil, Edward E. Baptist escreve que aumentos semelhantes nessas plantações foram quase inteiramente baseados em uma exploração mais intensa do trabalho escravizado. Ver Baptist, 2014.

¹⁸ A população escravizada aumentou 206% nas localidades em que 65% ou mais dos escravizados trabalhavam na produção de açúcar, em comparação com 46% no interior de Kingston e St. Jago de la Vega, onde a produção de açúcar era relativamente insignificante, entre 1734 e 1788. Ver Ryden, 2001, p. 504-507.

comércio de pessoas escravizadas e do sistema de plantação foi reinvestida nas fábricas de algodão de Lancashire e em outras indústrias centrais para a Revolução Industrial.

Mesmo quando os estudiosos reconhecem o crescimento substancial da produção nas economias de plantação, isso é frequentemente contrastado com argumentos de que os sistemas baseados em trabalho escravo apresentaram poucas ou nenhuma melhoria de produtividade a longo prazo, que a escravidão e a agricultura de plantação enfrentavam perspectivas futuras sombrias e que a decisão da Grã-Bretanha de acabar com o comércio de pessoas escravizadas decorreu da crise econômica da indústria açucareira.¹⁹ O impulso por trás desse argumento parece ser uma necessidade ideológica de provar que o capitalismo com trabalho “livre” é uma forma de produção mais eficiente do que a escravidão. Seguindo essa lógica, a ideia de que a escravidão nas plantações funcionava segundo princípios econômicos capitalistas “sólidos” — com os escravizados tratados como máquinas — precisa ser contestada.

Findlay desenvolve a tese de Williams citando o historiador econômico Stanley Engerman, que estimou isso, em 1770. Em termos mais simples, cerca de 40% do capital utilizado para a expansão comercial e industrial da Grã-Bretanha na época provinha dos lucros do comércio de pessoas escravizadas (Findlay, 1990, p. 25). Os lucros combinados do comércio de pessoas escravizadas e de açúcar representavam até 5% da renda nacional britânica. No entanto, esse número subestima enormemente o lucro total que a Grã-Bretanha obteve com o comércio de pessoas escravizadas e açúcar. A isso, devem ser adicionados os lucros do refino do açúcar e da reexportação do açúcar da Grã-Bretanha para o mercado global. Outra forma de avaliar os retornos é comparar os lucros das plantações de cana com os da metrópole. Os investimentos nas colônias foram *de quatro a sete vezes* mais lucrativos do que os da Inglaterra (Bosma, 2023, p. 69).

Em um estudo recente sobre a importância da escravidão e da agricultura de plantação para a economia britânica, Klas Rönnbäck calcula o valor total adicionado pela produção e comércio de açúcar da Grã-Bretanha. Essa abordagem de valor agregado captura o excedente apropriado em cada etapa da cadeia de valor do açúcar, desde o cultivo da cana nas plantações do Caribe até o refino, a reexportação e a venda final do açúcar na Grã-Bretanha. Com base nisso, Rönnbäck estima que o valor total adicionado à economia britânica aumentou drasticamente de 0,5 milhão de libras,²⁰ durante a primeira década do século XVIII, chegando a 5,5 milhões de libras um século depois. O valor desse comércio também dependia daquilo que os economistas chamam de “bens intermediários” — neste caso, os africanos escravizados transportados da África para o Caribe e tratados como insumos na produção de açúcar.

A abordagem de Rönnbäck mostra que o excedente apropriado pelos proprietários de plantações jamaicanas que possuíam pessoas escravizadas aumentou de 40% dos custos de subsistência em 1750 para 100% em 1790, o que significa que, ao final desse período, o excedente que eles extraíam era igual ao que gastavam com a subsistência das pessoas escravizadas. Ao analisar as tendências de preços de diferentes tipos de açúcar durante o mesmo período, Rönnbäck também demonstra que houve uma diferença de quatro vezes entre o preço do açúcar mascavo na Jamaica e o do açúcar refinado na Inglaterra,

¹⁹ Este é um argumento típico de Adam Smith, que muito poucos defenderiam hoje em dia.

²⁰ Todos os valores monetários estão em libras esterlinas, salvo indicado o contrário.

uma diferença completamente desproporcional ao custo de transporte e refinação. Isso indica que a diferença de preços foi provavelmente consequência de uma forma de precificação de transferência — ou seja, a fixação de preços internos para transferir lucros entre as colônias e a Inglaterra. Em termos simples, havia uma enorme margem de lucro sobre o açúcar refinado, o que permitia às refinarias na Grã-Bretanha reterem os lucros da produção de açúcar no país. Isso fica evidente pelas altas taxas de importação sobre o açúcar refinado, que afetaram as importações de açúcar indiano para a Grã-Bretanha, e pelas baixas taxas de importação sobre o açúcar bruto das plantações, que desestimularam o refinamento nas colônias.

Findlay também demonstrou que as inovações nas técnicas e tecnologias de produção aumentaram significativamente a produção nas plantações (Findlay, 1990). Essas medidas incluíram o desenvolvimento de novas variedades de cana com maior produtividade, como a variedade Otaheite, introduzida das ilhas do Pacífico (como o Taiti) no final do século XVIII, juntamente com avanços na tecnologia de moagem, melhor gestão da água e uma crescente tendência à especialização agrícola. Em algumas partes do Caribe, as colônias açucareiras passaram a adotar cada vez mais a monocultura, dependendo de alimentos importados em vez de cultivá-los localmente. De forma geral, a infraestrutura também melhorou em muitas das colônias que dependiam de mão de obra escravizada, tornando mais fácil e eficiente o transporte de mercadorias de exportação para os portos. Essas melhorias também apoiaram o desenvolvimento de sistemas financeiros que ampliaram o acesso ao crédito para os proprietários de plantações. Assim, muitas das características associadas à expansão capitalista e ao aumento da produtividade já estavam presentes no sistema de plantações de cana baseado na escravidão.

Esses ganhos de produtividade se traduziram em altos retornos não apenas para os donos das plantações, mas também para a Grã-Bretanha. De 1713 a 1775, a receita bruta dos proprietários de plantações caribenhos com as exportações de açúcar para a Grã-Bretanha aumentou 3,2 vezes, impulsionada pela crescente demanda na Inglaterra e pela lucrativa reexportação de açúcar refinado para outras partes do mundo, o que proporcionou ao açúcar caribenho um vasto mercado (Richardson, 1987, p. 747). Em 1774, o açúcar bruto representava um quinto de todas as importações britânicas, superando todos os outros produtos importados por uma ampla margem. No mesmo período, a produção de açúcar nas Américas aumentou de aproximadamente 50 mil toneladas em 1700 para cerca de 200 mil toneladas no final da Revolução Americana. Entre 1700 e 1800, as importações britânicas de açúcar aumentaram *sete vezes*, de 430 mil quintais (cerca de 21.845 toneladas) para três milhões de quintais (cerca de 152.407 toneladas), ajudando a tornar a Grã-Bretanha um importante centro, senão o centro, do comércio mundial de açúcar (Morgan, 1993).



O comércio de pessoas escravizadas e a ascensão da construção naval na Grã-Bretanha

A maior parte do açúcar importado pela Grã-Bretanha vinha de plantações caribenhas exploradas por mão de obra escravizada. À medida que essas plantações se expandiram significativamente a partir do século XVII, eles necessitavam de um número crescente de pessoas escravizadas. Portugal e Grã-Bretanha foram responsáveis por cerca de 70% de todos os africanos escravizados transportados para as Américas. Entre 1640 e 1807, navios britânicos transportaram à força cerca de 3,1 milhões de africanos, dos quais aproximadamente 2,7 milhões sobreviveram à travessia do Atlântico e foram levados para colônias britânicas no Caribe, América do Norte, América do Sul e outros lugares (National Archives, 2025). Os principais centros de comércio de pessoas escravizadas na Grã-Bretanha eram Glasgow, Bristol, Manchester e Londres. Todas essas cidades também eram importantes centros de construção naval, já que a demanda por navios usados para transportar pessoas escravizadas era a principal força motriz da indústria naval britânica.

Uma dimensão importante no que diz respeito à natureza lucrativa e fundamentalmente capitalista do comércio de pessoas escravizadas, e do sistema de produção sob a escravidão, é o que os economistas chamam de mercados internos de pessoas escravizadas — isto é, o comércio interno dessas pessoas dentro das colônias ou nas Américas. Tal como a exportação e reexportação de açúcar, este comércio se organizava em etapas distintas, cada uma delas moldada por cálculos de lucro. Os portos de embarque não eram importantes apenas como destinos para pessoas escravizadas, mas também como centros comerciais onde elas eram compradas, vendidas e revendidas como outras mercadorias. A rentabilidade do sistema de trabalho escravo, portanto, não surgia apenas da produção nas plantações, mas também dessas transações sucessivas de pessoas escravizadas.

Kingston, na Jamaica, é um caso ilustrativo. O comércio de pessoas escravizadas transformou a cidade de um simples porto em um centro de “processamento”, onde os cativos eram inicialmente desembarcados, vendidos e distribuídos por toda a ilha. Era

amplamente reconhecido que, para os comerciantes britânicos que buscavam fortuna no exterior, trocar mercadorias por africanos escravizados e, posteriormente, vender esses escravizados nas Américas, oferecia melhores perspectivas financeiras do que investimentos mais seguros no país. Com base em um preço médio estimado de 30 libras por pessoa escravizada durante o século XVIII, o valor total da população escravizada poderia ter chegado a quase 25 milhões de libras — um valor que se aproximava da riqueza total registrada na Jamaica em 1774 (Burnard & Morgan, 2001, p. 209). Uma dinâmica semelhante existia nas plantações de algodão nos Estados Unidos. Conforme demonstram os dados bancários, o valor da plantação foi definido com base no número de pessoas escravizadas que ali trabalhavam. Os donos de plantações obtinham empréstimos e capital dos bancos oferecendo pessoas escravizadas como garantia.

Para reduzir a possibilidade de um desastre financeiro após o desembarque dos africanos escravizados, os comerciantes britânicos empregavam os chamados *slave factors* [agentes de escravos] (mercantes que administravam a venda e a distribuição de pessoas escravizadas). Os termos *factor* e *factorage* [galpão] estão ligados a esse significado comercial mais antigo de *factory* [fábrica], que posteriormente passou a significar um local de produção. Uma *factorage* era um pátio ou estabelecimento comercial onde mercadorias eram recebidas, armazenadas e vendidas — neste caso, pessoas escravizadas, tratadas como mercadorias. Um desses *factors* na Jamaica do século XVIII foi Thomas Hibbert, cuja família era proeminente na indústria do algodão. Ele chegou a Kingston, na Jamaica, em 1734, estabeleceu um negócio especializado na venda de pessoas escravizadas e, mais tarde, foi cofundador da empresa de comércio das Índias Ocidentais Hibbert, Purrier e Horton, com sede em Londres. Entre 1764 e 1774, a empresa de Hibbert movimentou cargas para 61 navios e esteve envolvida na venda de 16.254 africanos escravizados (Burnard & Morgan, 2001, p. 213).

No Caribe, os agentes localizados em cidades portuárias não apenas negociavam pessoas escravizadas como mercadorias, mas também as compravam e mantinham em cativeiro, avaliavam e classificavam, gerenciavam o “condicionamento” — o processo de recuperação da saúde após a brutal viagem oceânica — e organizavam sua venda e revenda para maximizar o preço. A atividade de *factorage* era um negócio complexo e arriscado, pois os lucros dependiam da sincronização das vendas com a demanda dos produtores, da concessão e cobrança de crédito e do gerenciamento de doenças e mortes no confinamento, tudo isso enquanto tentavam manter os custos de manutenção baixos. As economias de escala garantiram que grande parte do comércio de pessoas escravizadas se concentrasse em relativamente poucas mãos e fosse dominado por um pequeno número de casas mercantis. Entre 28 de setembro de 1751 e 27 de maio de 1752, trinta e um navios transportando pessoas escravizadas chegaram à Jamaica, trazendo consigo 7.123 africanos escravizados que haviam sobrevivido à travessia do Atlântico. Esses ativos cativos foram entregues a nove empresas de *factorage*, mas seu comércio de venda era altamente concentrado: três empresas lidavam com 83% dessas chegadas (Burnard & Morgan, 2001, p. 212). Os agentes de tráfico de escravos estavam ansiosos para vender os indivíduos escravizados rapidamente e pelo preço mais alto possível, já que atrasos significavam aumento das despesas com alimentação e manutenção. Consequentemente, o objetivo era programar as vendas para coincidir com períodos de forte interesse dos compradores e quando o pagamento integral pudesse ser garantido sem demora. O momento mais

favorável para a venda de pessoas escravizadas era normalmente no início e durante a colheita da cana, quando a demanda dos proprietários das plantações era muito alta.

Tal como outras mercadorias, o comércio de pessoas escravizadas incluía uma dimensão varejista, com lotes ou pátios comerciais funcionando em paralelo às vendas em grande escala realizadas diretamente dos navios. Entre a chegada e o início do trabalho, a maioria dos escravizados passava um tempo nas cidades portuárias como propriedade de comerciantes (os intermediários no comércio de pessoas escravizadas), que os familiarizavam com a escravidão e com as ilhas específicas para onde haviam sido levados. O comprador inicial também era responsável por tratar os indivíduos doentes com o objetivo de revendê-los com lucro. A movimentação de africanos escravizados — desde o desembarque nos portos até os centros de detenção nas cidades e, por fim, para vilas ou plantações — intensificou seu sofrimento, especialmente por meio da separação frequente e muitas vezes irreversível de membros da família.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, o mercado de pessoas escravizadas mudou de diversas maneiras: uma parcela crescente de cativos era vendida por meio de parcerias mercantis, em vez de diretamente pelos capitães dos navios; com frequência as pessoas escravizadas eram mantidas por períodos mais longos em cidades portuárias ou pátios de agentes antes de serem vendidas; e as vendas se afastaram cada vez mais do antigo sistema de “disputa” — um método brutal no qual os compradores se apressavam em comprar pessoas escravizadas a preços predefinidos — em direção a transações mais negociadas (Radburn, 2015). No final do século XVIII, como observam Trevor Burnard e Kenneth Morgan:

Os escravos não eram vendidos em leilão nem por “disputas”, mas sim por meio de negociações cuidadosas entre compradores astutos, experientes e conhecedores, e vendedores bem informados, que avaliavam criteriosamente os riscos que tinham de correr para obter os lucros que os motivaram a entrar no comércio. O mercado de escravos era competitivo, complexo e sofisticado: uma instituição muito moderna que lidava com um comércio ancestral e particularmente sombrio (Burnard & Morgan, 2001, p. 224).

Com o aumento da demanda por pessoas escravizadas em todo o mundo atlântico, os preços subiram significativamente. Os agentes escravistas, assim como os Estados africanos envolvidos na exportação de pessoas escravizadas, estabelecem os preços em resposta à crescente demanda. O preço das pessoas escravizadas era cotado em relação às mercadorias exportadas para a África, incluindo armas, pólvora e tecidos de algodão da Índia. Eltis e Jennings demonstraram que, entre 1701 e 1750, o valor dos termos de troca brutos entre Grã-Bretanha e África — que medem o valor relativo das exportações britânicas para a África em comparação com as exportações africanas para a Grã-Bretanha — aumentou de um índice base de 100 para 112, antes de cair acen-
tuadamente para 40 em 1800. Segundo Eltis e Jennings, enquanto uma única pessoa escravizada podia ser trocada por apenas dois mosquetes no início do século XVIII, no final do século esse número havia subido para pelo menos quinze (David & Jennings,

1988). Esses números sugerem que os lucros mais do que compensaram o aumento dos preços das pessoas escravizadas.

Essa mesma lógica aparece também na obra de Ronald Findlay. Ele argumenta que as armas de fogo, uma importação fundamental na África nesse período, poderiam ser consideradas um “insumo” na “produção” de pessoas escravizadas — ou seja, a troca de pessoas escravizadas por armas de fogo era moldada por cálculos econômicos rígidos (Findlay, 1990). À medida que os Estados africanos começaram a enfrentar deseconomias de escala (acesso decrescente a cativos devido à brutalidade envolvida nas incursões para capturar pessoas escravizadas e à destruição das sociedades visadas), o preço das pessoas escravizadas aumentou. Para aqueles que forneciam esses escravos, a crescente demanda por pessoas escravizadas gerava preços mais altos e maiores lucros, apesar da brutalidade de sua captura. O ponto a destacar aqui é que o mercado de pessoas escravizadas, tanto na ponta da demanda quanto na da oferta, era caracterizado por cálculos econômicos capitalistas claros. Assim, o comércio de pessoas escravizadas só pode ser descrito como “primitivo” em sua brutalidade, dada a “sofisticação” de sua economia.



Colonialismo, o comércio de pessoas escravizadas, açúcar e o sistema financeiro

Como já discutimos, a ascensão do capitalismo moderno está intrinsecamente ligada às economias de plantação baseadas no trabalho escravo, sendo as plantações de cana algumas das mais importantes em termos de seu impacto na economia global. Nas seções anteriores, discutimos a natureza da economia açucareira que surgiu no “Novo Mundo”. Aqui, vamos nos concentrar na dinâmica global mais ampla da ascensão da Europa Ocidental e sua emergência como motor do capitalismo global.

Muitas teorias foram propostas para explicar essa ascensão do Ocidente e o declínio do resto do mundo. A maioria dos teóricos eurocêntricos argumenta que o capitalismo, como sistema mundial, teve início na Europa Ocidental e que a sua integração da ciência na produção foi a força dinâmica que o levou a conquistar o mundo. Dentro da tradição marxista, a teoria dos sistemas mundiais de Immanuel Wallerstein e a teoria da dependência de André Gunder Frank têm sido influentes, embora ambas se afastem das abordagens marxistas que enfatizam a centralidade do Estado para o desenvolvimento do capitalismo, inclusive em sua fase imperial.

Neste estudo, não nos concentramos diretamente nesse debate. Em vez disso, enfatizamos que a configuração atual do poder e o surgimento do capitalismo moderno remontam a pelo menos cerca de 500 anos. Três pontos são fundamentais aqui:

1. A ascensão do capital mercantil, do poder naval, das armas de fogo e da pólvora só importa em relação ao poder do Estado e seu uso no comércio e na expansão colonial.
2. Os encontros entre o núcleo da Europa Ocidental e os outros três continentes (Américas, África e Ásia) foram profundamente diferentes, especialmente entre 1500 e 1800, quando um punhado de países da Europa Ocidental emergiu como as principais potências imperiais. Nas Américas, esse encontro foi principalmente genocida: civilizações inteiras e estruturas sociais foram destruídas. As Américas também forneceram a prata — particularmente da Bolívia e do México — que financiou o comércio da Europa Ocidental com a Ásia, especialmente com a Índia e a China, as maiores economias da Ásia na época.

3. O comércio de pessoas escravizadas da África subsaariana forneceu às potências imperiais ocidentais não apenas mão de obra para as colônias, mas também uma “mercadoria” que contribuiu para a ascensão do capital na Grã-Bretanha, nos Países Baixos e na França. Pessoas escravizadas foram levadas para as Américas e o Caribe para produzir cultivos em plantações, sendo o açúcar o mais importante e o primeiro produto global. Se adicionarmos a prata como uma forma de moeda-mercadoria, então o papel do trabalho escravizado nas minas de prata e nas plantações das Américas faz do comércio de pessoas escravizadas um pilar central na ascensão do capitalismo moderno. Isso fica ainda mais claro quando consideramos que o açúcar, a outra principal mercadoria comercializada, era indissociável da escravização de pessoas e da extração de “mão de obra livre”.

A ascensão de um sistema financeiro capitalista foi intrínseca ao comércio de pessoas escravizadas, às suas ligações com as potências coloniais emergentes e à ascensão do açúcar como uma mercadoria global. Um dos instrumentos que ligava o comércio de pessoas escravizadas ao crescimento do sistema financeiro era o *asiento*, uma licença da Coroa Espanhola que autorizava os comerciantes a participar da venda de africanos escravizados para as colônias espanholas. Emitido pela primeira vez em 1513, o *asiento* era, até 1595, concedido a um indivíduo ou grupo de qualquer nacionalidade sob a forma de um contrato para importar um número específico de pessoas escravizadas em troca do pagamento de *royalties*. Para a Espanha, os principais destinos dos escravizados eram inicialmente as minas de prata da Bolívia e do México. Os *asientos* foram posteriormente concedidos a companhias estrangeiras de capital aberto: primeiro às companhias portuguesas, depois em 1685 às holandesas, em 1702 às francesas e, de 1713 a 1739, à Companhia Britânica dos Mares do Sul. A Companhia Britânica dos Mares do Sul uniu-se à Companhia Real da África, que pertencia à Coroa Britânica. A garantia do *asiento* permitiu que a Grã-Bretanha dominasse o comércio de pessoas escravizadas a partir da década de 1740 (Newman, no prelo).

O *asiento* foi um elemento na ascensão de uma moeda de reserva global. A Espanha também introduziu uma moeda comum chamada *real de a ocho* em meados do século XVI. Também conhecida como “peça de oito” ou dólar de prata espanhol, essa moeda era essencialmente moeda-mercadoria e passou a ser aceita em transações comerciais em toda a Ásia, Américas e grande parte da Europa. Do século XV ao XVIII, o comércio internacional foi realizado em grande parte com prata, o que tornou o dólar espanhol muito procurado em todo o mundo. Por meio do sistema de *asientos*, a Coroa Espanhola ajudou a organizar o fornecimento de mão de obra escravizada para suas colônias americanas, especialmente para as zonas de mineração de prata, como as de Potosí, na Bolívia. A prata ali extraída era então cunhada no *real de a ocho*, que se tornou um meio de comércio internacional amplamente aceito. Foi a prata espanhola que expandiu significativamente o mercado global de *commodities*. A Espanha utilizou essa prata para comercializar com a China por meio da rota do Galeão de Manila — a rota comercial transpácifica que ligava Acapulco, na América espanhola, a Manila, nas Filipinas espanholas — bem como por outros países europeus envolvidos no comércio com a Ásia Ocidental e Meridional. Como escrevem Dennis O. Flynn e Arturo Giráldez, “O produto singular mais responsável pelo nascimento do comércio mundial foi a prata”. Isso sustentou o comércio global de mercadorias, permitindo à Europa — e à Espanha em particular — o acesso aos mercados chinês, indiano e do leste da Índia (Flynn, 2010).

A prata espanhola - proveniente do México e de Potosí, atual Bolívia - representou 80% do fornecimento mundial de prata entre 1494 e 1850. O dólar de prata espanhol era essencialmente moeda-mercadoria, seu valor equivalente ao seu peso em prata. A libra esterlina britânica e o dólar estadunidense eram, e são, principalmente moedas de reserva, e não moedas lastreadas em mercadorias. Dado que o custo de produção da prata era baixo em comparação com seu valor de mercado, e que havia grandes depósitos de prata em Potosí, a prata espanhola funcionou da mesma forma que a libra esterlina ou o dólar funcionariam posteriormente (Quinn & Roberds, 2016, p. 63-103).

A China tinha uma forte demanda por prata, que obtinha em grandes quantidades pela exportação de seda e chá para países europeus. Ao mesmo tempo, a China importava tecidos de algodão da Índia, o que financiava com a prata proveniente da Europa. Após a vitória britânica na Batalha de Plassey em 1757, a Grã-Bretanha não precisava mais enviar prata para a Índia para pagar pelos tecidos importados; em vez disso, financiava esses produtos usando impostos sobre a terra cobrados dos camponeses indianos, revertendo efetivamente o fluxo anterior de prata da Grã-Bretanha para a Índia. O *déficit* britânico com a China, no entanto, persistiu, uma vez que suas pesadas importações de produtos chineses ainda eram pagas com prata. Esse fluxo só foi revertido mais tarde, quando a Grã-Bretanha começou a vender ópio cultivado à força na Índia para os chineses — um comércio também impulsionado pela força das armas durante as Guerras do Ópio, de 1839 a 1860.

Com a Espanha deixando de dominar o comércio atlântico de pessoas escravizadas, o florim holandês tornou-se a moeda de reserva do mundo atlântico no século XVII.²¹ O quase monopólio de Amsterdã sobre o refino de açúcar na Europa — primeiro com açúcar do Brasil e depois com açúcar da França de Saint-Domingue (atual Haiti) — e seu papel central no comércio transatlântico de pessoas escravizadas — com até 20% do comércio de pessoas escravizadas para as Américas e o Caribe — foram consolidados depois que os holandeses garantiram o *asiento* em 1675, com Elmina, no atual Gana, como um importante centro. Em outras palavras, o florim holandês ascendeu a essa posição porque os Países Baixos controlavam uma parcela significativa do comércio global de duas importantes mercadorias: pessoas escravizadas e açúcar, com as ilhas produtoras de açúcar do Caribe e o Brasil impulsionando a demanda por ambas as mercadorias.

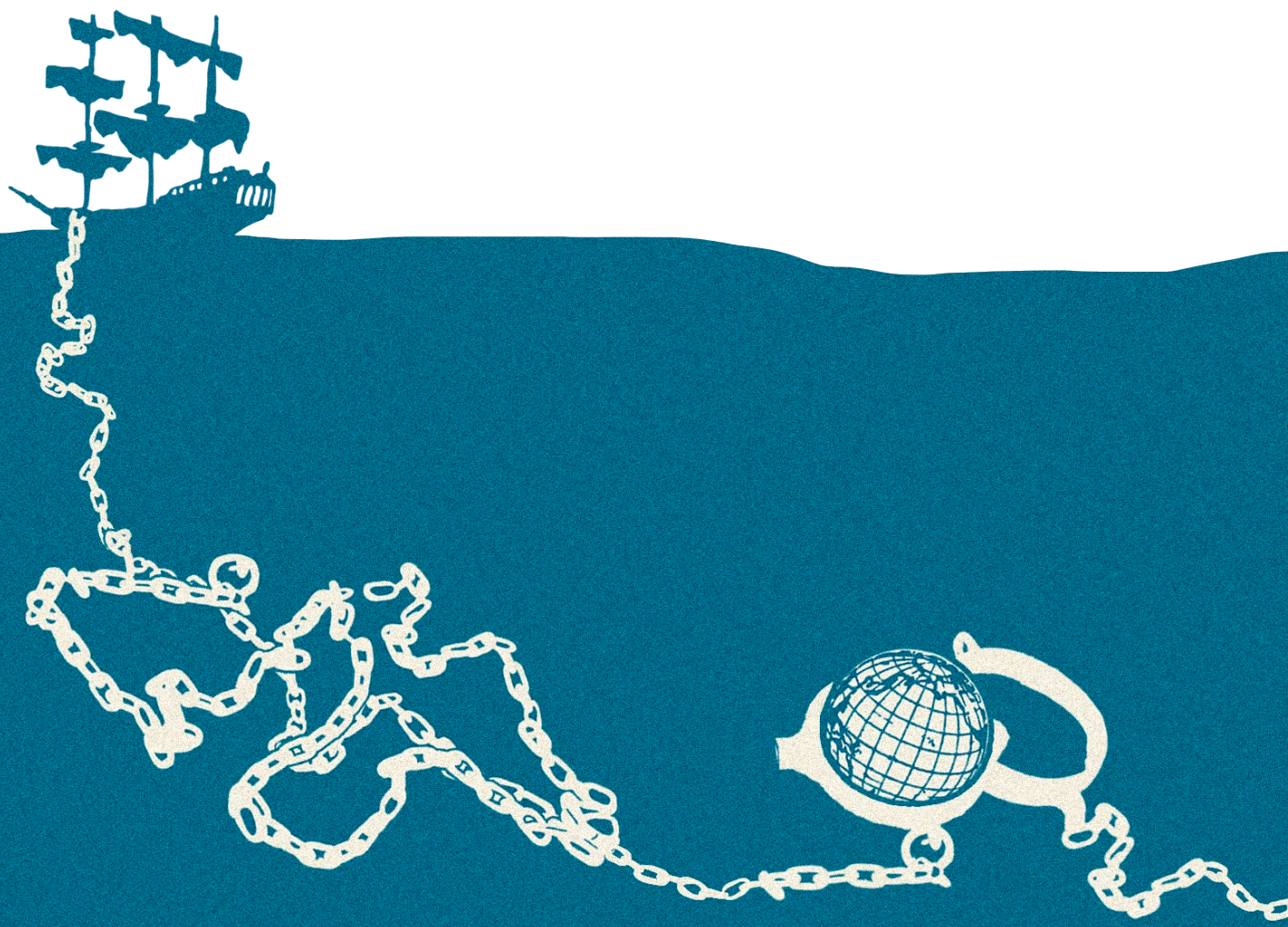
Mais tarde, a Royal African Company e a Grã-Bretanha assumiram o comércio de pessoas escravizadas no Atlântico, antes controlado pelos holandeses, e se tornaram os principais fornecedores de açúcar. Com a expansão das plantações de açúcar britânicas no Caribe e a crescente participação da Grã-Bretanha no comércio de pessoas escravizadas, a libra esterlina britânica emergiu como a moeda de reserva global e Londres se tornou o principal centro financeiro do mundo.

As origens do sistema financeiro mundial não se encontram apenas no açúcar e na escravidão, mas também na forma como o *asiento* vinculava o comércio de pessoas escravizadas

²¹ Ao contrário das outras duas moedas de reserva que surgiram posteriormente — a libra esterlina britânica e o dólar estadunidense — o florim não era lastreado pelo Estado holandês, mas sim pelo Banco de Amsterdã. Como Amsterdã era o principal centro comercial da Europa Ocidental, era reconhecida pelas potências emergentes da Europa Ocidental como moeda de reserva, embora os comerciantes no resto do mundo só aceitassem ouro ou prata.

à extração de prata e ao comércio asiático. Os *asientos* expandiram o comércio de pessoas escravizadas e o fornecimento de prata espanhola para o mercado mundial, criando um sistema financeiro global que interligava o comércio de pessoas escravizadas na África, a mineração de prata nas Américas e o comércio com a Ásia, particularmente com a China, a Índia e o Sudeste Asiático.

Analisamos algumas das implicações para o comércio global das duas principais “mercadorias” que passaram a definir o mercado mundial emergente a partir do século XVI: pessoas escravizadas e açúcar. Este período também testemunhou um grande aumento na circulação de ouro e prata, extraídos nas Américas sob o domínio espanhol. Foi a sede por ouro e prata que impulsionou o império espanhol nas Américas. Não nos concentramos no genocídio cometido pelos espanhóis e outros países europeus, nem na destruição dos sistemas de produção existentes, uma vez que essa história exige uma abordagem mais detalhada do que é possível aqui. Em vez disso, nos concentramos no impacto do comércio de pessoas escravizadas, do açúcar e no surgimento de moedas de reserva: o florim holandês nos séculos XVII e XVIII, seguido pela libra esterlina britânica. Esses desenvolvimentos antecederam a Revolução Industrial e demonstram a fragilidade da tese de que foi a liderança do Ocidente na Revolução Industrial que criou a hegemonia ocidental sobre o mundo. Ao examinarmos um panorama histórico mais amplo, percebemos que a ascensão do Ocidente teve suas raízes no genocídio, na escravidão e na pilhagem colonial. O sistema financeiro moderno deve ser compreendido como indissociável do genocídio nas Américas, do comércio de pessoas escravizadas e do sistema de plantação construído sobre o trabalho escravo pelas principais potências europeias.



Referências bibliográficas

THE NATIONAL ARCHIVES. “Slavery and the British Transatlantic Slave Trade”. Acesso em: 7 maio 2025, <https://www.nationalarchives.gov.uk/help-with-your-research/research-guides/british-transatlantic-slave-trade-records#2-a-brief-introduction-to-the-slave-trade-and-its-abolition>.

AFFELDT, Stefanie. *Consuming Whiteness: Australian Racism and the ‘White Sugar’ Campaign*. Berlin: LIT Verlag Münster, 2014.

ANGUS, Ian. “The Meaning of ‘So-Called Primitive Accumulation’”, *Monthly Review*, 1 abr. 2023. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2023/04/01/the-meaning-of-so-called-primitive-accumulation/>.

ARONSON, Marc; BUDHOS, Marina. *Sugar Changed the World: A Story of Magic, Spice, Slavery, Freedom, and Science*. New York: HarperCollins, 2017.

BAPTIST, Edward E. *The Half Has Never Been Told: Slavery and the Making of American Capitalism*. New York: Livros Básicos, 2014.

BECKERT, Sven. *Empire of Cotton: A Global History*. New York: Penguin Books, 2015, p. 83-97.

BERG, Maxine Berg; HUDSON, Pat. “Slavery, Atlantic Trade and Skills: A Response to Mokyr’s “Holy Land of Industrialism””, *Journal of the British Academy* 9, nov. 2021, p. 259-281.

BOSMA, Ulbe. *The Sugar Plantation in India and Indonesia: Industrial Production, 1770-2010*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BOSMA, Ulbe. *The World of Sugar: How the Sweet Stuff Transformed Our Politics, Health, and Environment Over 2,000 Years*. Harvard: Belknap Press, 2023, p. 349.

BURNARD, Trevor; MORGAN, Kenneth. “The Dynamics of the Slave Market and Slave Purchasing Patterns in Jamaica, 1655-1788”, *William and Mary Quarterly* 58, n. 1, 2001, p. 209.

CARR-SAUNDERS, *World Population: Past Growth and Present Trends*. Oxford: Oxford University Press, 1936.

CARTWRIGHT, Mark. “Life on a Colonial Sugar Plantation’, *World History Encyclopedia*, 6 jul. 2021. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/article/1795/life-on-a-colonial-sugar-plantation/>; ‘World Plantations’, em *Critical Readings on Global Slavery, 1263-1269*, Damian Alan Pargas e Felicia Roşu (eds.). Leiden/Boston: Brill, 2017.

COBEN, Lawrence A. “The Events that Led to the Treaty of Tordesillas”, *Terrae Incognitae* 47, n. 2, 2015, p. 142-162.

DURAND, John D. “The Modern Expansion of World Population”, *Proceedings of the American Philosophical Society* 111, n. 3, 22 jun. 1967, p. 136-159.

ELTIS, David; JENNINGS, Lawrence C. "Trade between Western Africa and the Atlantic World in the Pre-Colonial Era". *The American Historical Review* 93, n. 4, 1988, p. 936-959.

ELTIS, David; LEWIS, Frank; RICHARDSON, David. "Slave Prices, the African Slave Trade, and Productivity in the Caribbean, 1674-1807", *The Economic History Review* 58, n. 4, 14 out. 2005, p. 673-700.

ELTIS, David; Richardson David, *Atlas of the transatlantic slave trade*. New Haven: Yale University Press, 2015.

ELTIS, David; Richardson David, eds., *Routes to Slavery: Direction, Ethnicity, and Mortality in the Transatlantic Slave Trade*. New York: Routledge, 1997.

ELTIS, David. 'New Estimates of Exports from Barbados and Jamaica, 1665-1701', *William and Mary Quarterly*, 3rd ser., 52, no. 4 (October 1995): 631-648.

FLYNN, Dennis O.; GIRÁLDEZ, Arturo. "Born with a 'Silver Spoon': The Origin of World Trade in 1571". In: *China and the Birth of Globalization in the 16th Century*. London: Routledge, 2010.

GREENFIELD, Sidney M. "Plantations, Sugar Cane, and Slavery", *Historical Reflections/Réflexions Historiques* 6, n. 1, 1979, p. 85-119.

INIKORI, Joseph E. "Slavery and Atlantic Commerce, 1650-1800". *American Economic Review* 82, n. 2, 1992, p. 151-157.

INIKORI, Joseph E. *Africans and the Industrial Revolution in England*. Cambridge: Cambridge University, 2002.

INIKORI, Joseph, *Africans and the Industrial Revolution in England. A Study in International Trade and Economic Development. A Study in International Trade and Economic Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

JAMES, CLR. *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*. London: Secker & Warburg, 1938.

MORGAN, Kenneth. *Bristol and the Atlantic Trade in the Eighteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KOBAYASHI, Kazuo. *Indian Cotton Textiles in West Africa: African Agency, Consumer Demand, and the Making of the Global Economy, 1750-1850*. Cham: 2019, Palgrave Macmillan, 2014.

MANNING, Patrick. "African Population, 1650-2000: Comparisons and Implications of New Estimates". In: *Africa's Development in Historical Perspective*, Emmanuel Akyeampong; Robert Bates, Nathan Nunn; James Robinson. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MINTZ, Sidney. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. New York: Viking, 1985.

NEWMAN, Brooke N. *The Queen's Silence: The Hidden History of the British Monarchy and Slavery*. New York: Mariner, no prelo.

OOSTINDIE, Gert J; BOOMGAARD, Peter. "Changing Sugar Technology and the Labour Nexus: The Caribbean, 1750-1900", *New West Indian Guide/Nieuwe West-Indische Gids* 63, n. 1/2, 1989, p. 3-22.

PATNAIK, Utsa; MOYO Sam. *The Agrarian Question in the Neoliberal Era: Acumulação primitiva e o campesinato*. Cidade do Cabo: Fahamu/Pambazuka, 2011.

QUINN, Stephen; ROBERDS, William. “Death of a Reserve Currency”, *International Journal of Central Banking* 12, n. 4, dez. 2016, p. 63-103.

RADBURN, Nicholas. “Guinea Factors, Slave Sales, and the Profits of the Transatlantic Slave Trade in Late Eighteenth-Century Jamaica: O caso de John Taylour”, *William and Mary Quarterly* 72, n. 2, 2015, p. 243-286.

RICHARDSON, David. The slave trade, sugar and British Economic Growth, 1748-1776. *The Journal of Interdisciplinary History* Vol. 17, No. 4, Caribbean Slavery and British Capitalism (Spring, 1987), p. 739-769.

RODNEY, Walter, *A History of the Upper Guinea Coast, 1545-1800*. Oxford: Clarendon Press, 1970.

RODNEY, Walter. *How Europe Underdeveloped Africa*, 60; Joseph E. Inikori, *Forced Migration. The Impact of the Export Slave Trade on African Societies*. New York: African Publishing Company, 1982, p. 24-25.

RODNEY, Walter. *How Europe Underdeveloped Africa*. London: Bogle-L'Ouverture Publications, 1972), p. 95. MEILLASSOUX, Claude. *The Anthropology of Slavery: The Womb of Iron and Gold*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

ROSENTHAL, Caitlin. *Accounting for Slavery: Masters and Management*. Massachusetts: Harvard University Press.

SCHWARTZ, Stuart B. (ed.) *Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World (1450-1680)*. Chapel Hill: UNC Press, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. (ed.). *Tropical Babels*; Richard B. Sheridan, *Doctors and Slaves: A Medical and Demographic History of Slavery in the British West Indies, 1680-1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

WHATLEY, Warren C. “The Gun-Slave Hypothesis and the Eighteenth-Century British Slave Trade”, *Explorations in Economic History* 67, jan. 2018, p. 80-104.

WILLIAMS, Eric. *Capitalism and Slavery* Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1944.

WOLF, Eric R. *Europa e os Povos Sem História*. Berkeley: University of California Press, 1982.



O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social é uma instituição internacional, organizada por movimentos, com foco em estimular o debate intelectual para o serviço das aspirações do povo.
www.otricontinental.org

El Instituto Tricontinental de Investigación Social es una institución promovida por los movimientos, dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de las aspiraciones del pueblo.
www.eltricontinental.org

Tricontinental: Institute for Social Research is an international, movement-driven institution focused on stimulating intellectual debate that serves people's aspirations.
www.thetricontinental.org

